

SESSÕES DO PLENÁRIO

67ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 1º de julho de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO CARLOS GEILSON (3º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Manassés, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Tom Araújo, Vando, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó. (56)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Targino Machado comunicando que, devido a problemas de saúde, esteve ausente nas sessões por um período de 03 dias.

Do Deputado Antônio Henrique Júnior comunicando que, devido a compromissos assumido no exercício do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 16/06/2015.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- (Lê) *“Requerimento. Os deputados*

infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, Art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar o Projeto de Lei nº 21.267/2015 (1º turno), de autoria do Poder Executivo.”

Submeto ao Plenário as atas das seguintes Sessões Ordinárias: 58ª e 63ª, realizadas respectivamente em 8 e 16 de junho de 2015; e da 7ª Sessão Extraordinária, realizada em 16 de junho de 2015.

Em discussão as atas. (Pausa.) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovadas à unanimidade.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Raimundo Tavares Nonato, campeão de 1988 pelo Esporte Clube Bahia, de Senhor do Bonfim para o mundo, o Bobô.

O Sr. BOBÔ:- Boa-tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Queria ler uma Moção de Pesar pelo falecimento do desportista de Senhor do Bonfim João Correia da Silva. Ontem, com muita tristeza, recebi a notícia do falecimento dele, uma figura realmente importante na sociedade bonfinense pelo legado que deixa e, sobretudo, pela sua paixão ao futebol do município e da região.

(Lê) *“A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA faz inserir na ata dos seus trabalhos, Moção de Pesar pelo falecimento, no último dia 30 de junho, do desportista João Correia da Silva, de 68 anos e residente na antiga rua do Pernambuquinho, hoje rua Padre Severo. Referência para os praticantes do esporte na cidade, ele estava com a saúde bastante debilitada e sofreu um Acidente Vascular Cerebral (AVC), vindo a óbito.*

Nascido em 6 de maio de 1947, no Povoado de Cachoeirinha, zona rural de Senhor do Bonfim, João Correia da Silva começou a se destacar como funcionário do antigo Ginásio Diocesano, nos anos de 1980. Posteriormente, ajudou a criar a tradicional Copa Rural, o Torneio de Férias e várias outras competições.

Sua competência e dedicação o transformou em uma pessoa da linha de frente para organizar competições esportivas em Senhor do Bonfim e na região, bem como em um orientador para organizadores de eventos ligados ao esporte, fato que o fez bastante reconhecido no meio esportivo da região.

Além de se destacar na arbitragem bonfinense, João Correia foi ainda um dos mais bem-sucedidos treinadores de futebol amador do município. Na década de 1980, foi técnico vitorioso do Bahia Jovem...” - clube em que joguei durante dois anos em Senhor do Bonfim - “(...) conquistando sete títulos de Campeão Bonfinense. Ele também presidiu o Campeonato do Centro Social Urbano (CSU) por várias temporadas.

Mesmo com a saúde fragilizada, João Correia mostrava o seu amor ao que fazia, sempre presente nas atividades esportivas e sendo fonte importante de

informações para a imprensa local e um dos principais colaboradores do Departamento Esportivo da Rádio Caraíba.

Nosso conforto e o desejo de força e fé aos familiares, amigos e desportistas de Senhor do Bonfim. A ausência de João Correia não apagará o seu relevante trabalho para o esporte amador do município e da região, contribuindo para a construção de uma sociedade cada vez melhor através do esporte.

Fica a saudade do amigo e grande bonfinense, além da certeza de que o seu bonito exemplo servirá de inspiração para as gerações atuais e futuras.

Dê-se ciência da presente Moção aos familiares, na pessoa do prefeito Edvaldo Martins Correia, à Câmara de Vereadores, à Liga Desportiva Bonfinense e à Rádio Caraíba.

Sala das Sessões, 1º de julho de 2015

Deputado Bobô”

Queria apenas registrar a importância desse cidadão bonfinense na minha vida, pois dos 13 para 14 anos de idade tenho uma memória de João Correia chegando na porta da minha casa para me buscar, junto com o meu irmão Renilson, e nos levar para treinar às 05h30min. no campo do alto do cemitério.

Portanto, João teve realmente uma importância muito grande na minha vida e na formação, inclusive, do cidadão em que me transformei. Sou muito grato a tudo que ele fez, e certamente os jovens talentosos esportistas que não seguiram a carreira também são agradecidos a esse cidadão bonfinense querido, que está seguramente no andar mais alto.

Quero desejar a toda a sua família os meus sentimentos, o meu respeito e a minha solidariedade pela perda de João Correia, mais conhecido como “João Tribuna”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Hildécio Meireles, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. Funcionários e Funcionárias, já me referi algumas vezes desta tribuna aos problemas de saúde no Estado da Bahia e falei muito sobre a problemática da saúde de emergência.

Sabemos que se tem debatido muito neste Plenário sobre a saúde preventiva, e tenho dito que pior do que a saúde preventiva é o estado da saúde de emergência, que são as unidades de pronto atendimento.

Tenho aqui uma denúncia que não é de nenhum paciente nem de nenhum político. Na verdade, tenho uma resposta ao governador Rui Costa proferida por um profissional de Saúde, o Dr. Djalma Duarte, médico do HGE, que responde e

denuncia S.Exa. nas redes sociais da seguinte forma:

(Lê) *“Se, ao assinar a regulamentação do plano de cargos para médicos da SESAB, o Governador Ruy Costa realmente disse que ‘É uma via de mão dupla. Estamos valorizando o servidor, mas a população quer atendimento de melhor qualidade’, ele está culpando os médicos pelo DESASTRE que é o serviço de saúde público que o governo dele coordena então, GOVERNADOR, ME RESPONDA apenas essas 10 perguntas (mas posso colocar mais 10 se o senhor resolver essas aqui):*

1- Por que temos no HGE Ecocardiograma apenas um dia na semana?”

E o HGE é o principal hospital público da Bahia que recebe pacientes em emergência.

Diz o médico: “Por falta de profissionais, se o senhor quiser, vou procurar e trazer aqui 10 ou mais ecocardiografistas, porque sei onde encontrar, para atender a população em estado de emergência.

Por que não temos biombos para os pacientes internados no HGE e os pais e mães ficam expostos nas enfermarias para quem quiser ver, falta fábrica de biombos?” Pergunta o Dr. Djalma Duarte, médico do HGE:

Por que o aparelho de ultrassom é ultrapassado e não consegue atender a demanda interna do HGE? Por que não temos tomografia computadorizada? Pela falta de radiologistas? Quando o paciente do HGE precisa fazer esses exames em uma outra unidade, muitas vezes – diz o Dr. Djalma Duarte – o paciente morre antes de chegar o resultado. “Por que no HGE não temos ressonância magnética? Por que na Emergência do HGE temos apenas três médicos emergencistas clínicos na triagem para atender centenas de pacientes? Por que os casos, prestem atenção a esse depoimento, casos gravíssimos, como aquele que postei recentemente no Face, quando um paciente com fratura exposta de fêmur esperou três dias para ser operado, e só foi operado depois que centenas de pessoas fizeram pressão quando a perna do paciente já estava parcialmente podre. Isso ocorre rotineiramente.

E vai adiante o Dr. Djalma:

Por que pacientes com câncer ficam internados , às vezes, meses para conseguir uma regulação em hospital especializado? A culpa não é nossa, governador, a morte chega antes porque vocês políticos só se preocupam com uma coisa: a reeleição. Por que os pacientes com necessidade de UTI ficam esperando a morte sem qualquer tratamento de medicina intensiva decente, entubado naquele faz de contas nos hospitais da Bahia e em áreas como a “sutura” do HGE? A culpa é dos médicos ou de vocês do governo?

E o médico discorre aí com uma série de respostas e argumentos contra a afirmativa do governador de que seria culpa dos profissionais da saúde a precariedade da oferta do serviço público de saúde do Estado.

Para concluir, Sr. Presidente, vou ler o último parágrafo, e o médico, de fato, faz uma proposta ao governo.

(Lê) *“Ponha na Coordenação (eu me candidato a esse cargo e desafio o senhor: em três meses a história será outra) alguém que respeite o juramento de Hipócrates, e o senhor vai ver como tudo muda da água para o vinho, o senhor vai se surpreender e ver que o problema não é com os médicos e, sim, com aqueles que sendo médicos coordenadores, escolhidos pelos senhores, são na verdade políticos de plantão em último plano.*

O senhor tem um secretário da Saúde, teoricamente, muito melhor que Jorge Sola. Espero que seja também”- referindo-se ao governador; “muito melhor que Jaques Wagner e faça o que até agora ninguém fez, mas não venha querer colocar nos médicos a culpa pelo desastre da saúde, porque podemos provar que a culpa é de vocês políticos.”

Portanto está aqui uma denúncia, uma resposta de um profissional médico que vive o sofrimento do dia a dia no HGE, não somente dos pacientes mas também dos profissionais de saúde que trabalham ali.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Vou ceder o meu tempo para a nobre deputada Fabíola Mansur de Carvalho fazer uso da palavra e nos presentear com sua bela voz e seu charme, usando a Tribuna.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Sr. Presidente, obrigada pela cessão do seu tempo e pela sua delicadeza, antes de entrar propriamente naquilo que me traz a esta tribuna hoje, quero dizer que as angústias em relação à saúde que foram aqui relatadas pelo nobre deputado são angústias de todos nós, são angústias dos profissionais médicos, dos profissionais de saúde, são angústias de gestores, de políticos, daqueles que entendem ser preciso melhorar a eficácia e a eficiência da gestão assim como também entendem os mesmos ser necessário aumentar o financiamento para sua área.

Quero dizer que, recentemente, estivemos com o governador Rui Costa assinando um decreto que permite a promoção e a progressão do PCCV – Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos – que, por sinal, hoje, 01 de julho é o último dia para aqueles que solicitam progressão estarem fazendo. Mas, por outro lado, obviamente, a saúde, nunca, deputado Herzem, nunca, deputado Hildécio, ensinará, deputado Joseildo, uma única solução tampouco um único herói.

Eu fiz e faço parte da Comissão de Honorários Médicos. Nunca quis que recaísse sobre nós a culpa da situação da saúde. Existem múltiplos motivos que fazem com que os pacientes ainda morram por falta de leitos de UTI, ainda estejam nas filas ou nas ambulâncias por falta de leitos. E a CER – Central Estadual de Regulação – tem uma quantidade enorme de pacientes para o quantitativo de leitos reduzidos, por tabelas do SUS que estão defasadas há mais de 15 anos, por uma falta, talvez, de comunicação e de pontes entre os vários profissionais entre saúde e os

gestores.

Também, quero fazer, aqui, um elogio, qual seja, o HGE – Hospital Geral do Estado – tem um dos principais diretores, Dr. André Luciano, pois este é respeitado na classe médica como uma das pessoas que, efetivamente, faz a diferença, mas, por outro lado, ele não pode fazer milagre. Não há verbas. Não há dinheiro suficiente para que a gente possa resolver todos os problemas.

De forma que me solidarizo com a classe médica em não aceitar a culpa pela desestruturação dos serviços de saúde no País. Mas, também, me solidarizo pois, à época da assinatura do PCCV pelo governador Rui Costa, estava, lá, o secretário Fábio. Houve um pedido para que nós, juntos, pudéssemos construir a saúde que queremos, respeitando as categorias, respeitando os médicos e os profissionais. Aceitamos os desabafos. No entanto, há de se encontrar saídas.

Quero, também, dizer que, ontem, na Comissão de Saúde – o deputado Herzem Gusmão estava lá –, fizemos um requerimento para que fosse explicado o corte de insalubridade em alguns salários de servidores da saúde. Quanto a esse corte, entendemos que isso prejudica muitas famílias, porque a insalubridade fez parte da composição salarial dos salários de vários servidores.

Já tivemos, hoje, uma resposta do secretário da Saúde, Fábio Vilas Boas, que nos mandou uma carta justificando que esse pedido foi recomendação do Tribunal de Contas do Estado e da Procuradoria e que tal problema está a cargo da revisão da SAEB – Secretaria da Administração do Estado da Bahia –, onde inconformidades foram apontadas.

O secretário prometeu que qualquer servidor poderá pedir uma revisão desses critérios de insalubridade à comissão de revisão do RH de sua entidade. E se o pedido for pertinente, o pagamento será retroativo ao dia do corte e, também, tendo, como alternativa, a relocação do servidor que está em área administrativa para uma área de assistência.

Solicitamos, também, que pudesse receber a Comissão de Saúde e os representantes dos sindicatos para esse debate. Entendo que muitos dos salários, que não foram aumentados, tiveram, na insalubridade, uma forma de recomposição. Entendemos a SAEB. Entendemos a preocupação da Procuradoria. Mas o diálogo, sempre, é a melhor ponte.

Quero, por fim, aproveitar os 30 segundos restantes.

Quanto aos meses de inverno, eu gostaria de dar uma boa notícia a todos os funcionários desta Casa, presidente Carlos Geilson, quando, a pedido nosso, tivemos do secretário Fábio Vilas Boas a confirmação de uma campanha de vacinação contra a gripe na Assembleia Legislativa da Bahia a ser realizada.

Já está marcada uma semana de imunização nos dias 20, 21 e 22 em parceria com o Serviço Médico. Estava falando com a Dr^a Patrícia. Está, previamente, agendada para os dias 20, 21 e 22, deputado Fábio Souto. E é importante a nossa colaboração, também, para cuidar da saúde dos funcionários da ALBA neste inverno

extremamente rigoroso, uma vez que esta é uma época, extremamente, chuvosa. Eis a importância de se imunizar e, também, garantir ao restante da população que possa ter acesso ao quantitativo de vacina para que se possa imunizar contra a gripe.

Então fica, aí, a nossa ajuda para a saúde dos nossos servidores desta Casa através de uma campanha de vacinação.

Agradecemos ao secretário Fábio Vilas Boas, não só pela campanha de vacinação como também pela tempestiva resposta na questão do corte de insalubridade. Tentaremos novos contatos com ele, a fim de retomar o diálogo com o Sindsaude, o Sindmed e servidores.

Muito obrigada por sua tolerância nobre, grande, deputado e amigo de Feira de Santana, presidente Carlos Geilson.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Muito obrigado, deputada Fabíola Mansur.

Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Herzem Gusmão Pereira, radialista há mais de 40 anos, advogado e jornalista.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, funcionários desta Casa, você que nos acompanha, através da *TV Assembleia* e, também, através da Internet, não só na capital mas em todo o Estado da Bahia, recebam as nossas saudações.

Ontem, por 5 votos, não caiu a redução da maioria penal. E estamos ouvindo, agora mais do que nunca, que, neste momento, sim, começa o debate sobre este assunto. Queremos saber o que o governo e o que o Estado farão com os jovens, porque o pedido de redução da maioria penal era para menores adolescentes que praticam crimes hediondos. Era uma redução, eu diria, Líder Sandro Régis, para os perversos. Costumo falar do “menorzão” que mata com uma desenvoltura que impressiona.

A partir do momento que, por falta de 5 votos apenas, eu diria que a Câmara dos Deputados está em sintonia com o sentimento do povo brasileiro. Foram 303 votos a favor. Faltaram 5 votos para a aprovação. Eu diria que, agora, precisamos, verdadeiramente, pensar no que faremos com esses jovens.

O ministro da Justiça disse, categoricamente, que se a redução da maioria penal passasse, se fosse aprovada, que teríamos, todo ano, de 20 a 30 mil jovens presos. Isso significa que esses jovens não serão ressocializados, pois o Estado não está preparado e esses jovens conviverão com todos nós.

E, aí, onde entra o Estado? Quero saber: o que o Estado está fazendo? O que o Estado fez no governo anterior?

Vou citar, aqui, o exemplo da minha cidade Vitória da Conquista. No próximo ano, o PT fecha 20 anos de governo na cidade. É um ciclo de duas décadas. E, no próximo ano, completarão 25 anos. Havia 5 anos quando o PT se instalou em

Conquista. Não conseguiram aqueles, que passaram pela escola do município, aprender a ler e a escrever. Não sou eu quem o diz. Este não é um dado meu. Este é um dado do IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

O PT formou, em Conquista, uma geração de analfabetos, uma geração perdida.

Ficamos a indagar, querido colega, presidente dos trabalhos de hoje nesta Casa, deputado Carlos Geilson, o que faremos para resgatar esses jovens?

Estou vendo que quando se tem vontade política, faz-se. Ninguém contesta isso.

Há uma prefeitura que, há pouco tempo, não tinha credibilidade ou crédito para comprar uma vassoura. Estou falando da prefeitura de Salvador. O prefeito ACM Neto lança o Programa Combinado ao anunciar um investimento da ordem de R\$ 500 milhões até 2016. Quanto a isso, ninguém contesta, porque sabe que ele não está brincando, pois ele está falando a verdade. E ele vai priorizar a escola. Ao priorizar a escola, sairá do discurso vazio, das pregações vazias.

Eu ouço, sempre, candidatos e governos, em campanha, que falam que vão priorizar a educação, mas, na prática, isso não acontece.

Esse exemplo de ACM Neto, investindo 500 milhões nas escolas municipais da capital, é um exemplo para ser seguido em todo o Brasil. Se fizermos um pesquisa na internet, não há nada parecido no Brasil, de nenhum governo, nem mesmo o governo federal, o governo estadual, que possa, na verdade, imitar esse programa que está sendo lançado em Salvador.

Portanto, são decisões como esta aqui que você poderá resgatar os jovens, dando aos jovens a boa escola, a oportunidade, o esporte, criando atividades nobres, não com discursos, mas com práticas como essa do prefeito ACM Neto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Deputado Herzem Gusmão, grande abraço.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana pelo tempo de 5 minutos. Atenção Casa Nova: deputado Adolfo Viana Neto tomou gosto pela Tribuna e tem sido agora um frequentador assíduo da mesma.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, ontem nós discutimos aqui, o deputado Joseildo Ramos colocou o seu posicionamento, eu coloquei o meu, ontem por 5 votos a Lei da Maioridade Penal não foi aprovada. Ouvi falar que o presidente da Casa, deputado Eduardo Cunha, deve trazer uma nova proposta para ser apreciada pelos parlamentares. E eu, deputado Joseildo Ramos, acho que nós devemos também, aqui, debater o assunto para ajudarmos, de alguma maneira, a amadurecer esse tema, que é um tema que está na cabeça dos baianos e dos brasileiros.

Mas, o que me traz à Tribuna, deputado Carlos Geilson, que preside esta sessão e que fica bem nesta cadeira de presidente da Assembleia, é, justamente, a desaprovação do governo Dilma.

A presidente Dilma, hoje, tem apenas 9% de aprovação por parte dos brasileiros, pesquisa do Ibope registrada hoje. Por que ela tem, deputado Carlos Geilson, apenas 9% da aprovação dos brasileiros? Justamente porque ela enganou o povo brasileiro no período eleitoral, quando afirmava em rede nacional que o preço da energia ficaria mais barato, que os impostos estavam controlados, que o preço da gasolina não iria aumentar. Se elegeu, deputado Pablo Barroso, mentindo para o povo brasileiro em rede nacional, enganou o nosso povo. E é por isso que o Ibope, hoje, aponta uma aprovação do seu governo de apenas 9%, Líder Sandro Régis.

E aí eu quero chamar a atenção do governador Rui Costa, o atual governo que se elegeu ao lado da presidente Dilma, apoiados nas propostas da campanha do governo Dilma. Mas, é um governo que também fez propagandas e promessas ao povo da Bahia. E hoje pela manhã eu acompanhei na Rádio Metrópole a entrevista do presidente do PMDB, Geddel Vieira Lima, que fez cobranças ao atual governo, e que eu quero refazê-las desta Tribuna.

O povo da Bahia, deputado Herzem Gusmão, ficou com uma sensação, através das propagandas do PT na televisão, e das propostas do PT nas eleições, que a Ponte Salvador-Itaparica iria se tornar uma realidade. Já foram gastos mais de 40 milhões em estudos e eles nem tocam mais no assunto da Ponte Salvador-Itaparica. A Ferrovia Oeste-Leste não está em andamento e se estivesse, iria levar o minério de Caetité para o Porto Sul.

Ora, em Ilhéus não existe Porto-Sul. A Ferrovia Oeste-Leste, o Porto-Sul, a Ponte Salvador-Itaparica só existem na propaganda do PT. Posso falar também do Oceanário, da Jac Motors. Eu pergunto aos parlamentares desta Assembleia Legislativa. Se o Governo da Bahia acompanhar o modelo do governo federal, em muito pouco tempo, o governador terá uma aprovação no nosso Estado do mesmo tamanho da aprovação que tem a Presidente da República.

Mas, eles têm essa aprovação, não apenas por conta de promessas não cumpridas. É o desemprego crescente, é a falta de segurança no nosso Estado, é a falta de saúde de qualidade para quem mais precisa e os investimentos na infraestrutura e na educação, irrisórios.

Então, deputado Carlos Geilson, é muito bom que esse governo acorde e comece a trabalhar para retribuir a confiança do povo brasileiro, porque a Presidente Dilma está despencando na aprovação popular, já chega a apenas 9% de aprovação. E o caminho do governo do Estado, parece-me que será o mesmo, porque os baianos não enxergam avanço nenhum por parte dos atuais governos, nem estadual e nem federal.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Obrigado deputado. Com a palavra o Líder da Oposição, Sandro de Oliveira Régis, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da *TV Assembleia*. Hoje, o governo Rui Costa faz 6 meses de administração no Estado da Bahia. Há seis meses, em 28 de janeiro de 2015, deputado Herzem Gusmão, vou aqui ler as palavras do Sr. Governador no seu discurso aqui nesta Casa:

“Vamos inaugurar o novo HGE (Hospital Geral do Estado) nos próximos dias, estamos ampliando o Prado Valadares, em Jequié, e o Hospital Geral de Vitória da Conquista. Vamos ampliar o Dantas Bião, em Alagoinhas, e reestruturar a rede para que seja capaz de responder à demanda. Vamos licitar o Hospital da Costa do Cacaú, em Ilhéus. Este ano ainda começaremos a construção do novo Hospital de Feira.”

REFORMA DO HOSPITAL LUIS VIANA FILHO EM ILHEUS: Obra contratada em setembro de 2013, no valor de R\$ 6,5 milhões, com prazo de execução 300 dias. Ainda não concluiu.

REFORMA DO HOSPITAL PRADO VALADARES EM JEQUIÉ: Ordem de serviço da obra dada em abril 2013, valor do investimento R\$ 7,0 milhões, com prazo de execução de um ano. Ainda em andamento.

REFORMA E AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL GERAL DO ESTADO: Obra iniciada em março de 2013, com prazo de execução de um ano, já completou dois anos e ainda não foi concluída.

A primeira etapa do Hospital da Costa do Cacaú a licitação foi lançada em 2014. Contrato assinado em 24/02/15. Publicado no Diário oficial de 25/02/2015. Prazo 720 dias. Obra ainda não foi iniciada.

Novo Hospital Regional em Feira de Santana, ainda no primeiro ano de Governo: Nada foi feito neste sentido. O Hospital Clériston Andrade numa crise sem precedentes”.

Esse aqui foi o presente do governo Rui Costa na saúde da Bahia. Vamos agora à Educação, deputado Herzem Gusmão: *“Lançamento do Programa Pacto pela Educação que é o mesmo Programa lançado pelo Governo Wagner, em 2011, Todos pela Educação...”*

Quais foram os resultados alcançados? A educação melhorou na Bahia? As universidades estaduais continuam em greve, deputado Herzem Gusmão. E veja que a Bancada de Oposição apresentou uma emenda à LDO, garantindo no mínimo 7% da receita líquida para dar tranquilidade às universidades.

O governador Rui Costa andou viajando para inaugurar escolas municipais, mas até agora não faz nenhum gesto concreto para melhorar a educação do nosso Estado. Esses são pontos importantes dos seis meses do governo Rui Costa. Seis meses esses que se limitaram ao velho estilo PT de muita propaganda e pouca ação. No nosso levantamento, nesses seis meses só tem inaugurado o Minha Casa, Minha

Vida, obras do governo passado. Diga-se de passagem, obras de dinheiro federal. A propaganda já está a todo vapor, na TV, no rádio, agora dinheiro para educação, para reforma, para estrada, para o funcionalismo público não tem.

Não tenho dúvidas de que pelo início deste governo o fim será igual ao da presidente Dilma. Há mais de 29 anos que uma presidente deste país não chega a um nível tão baixo de aprovação popular, apenas 9% aprovam a forma do PT governar. Essa é a demonstração de que esse projeto que priorizou a mentira e o estelionato eleitoral chega ao fim, deputado Herzem Gusmão...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Para concluir, deputado.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Concluindo, Sr. Presidente.

(...) Porque nem o Brasil nem a Bahia aguenta mais a forma PT de governar.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Pablo Barrozo, jovem estreante nesta Casa cada vez mais brilhante no uso da tribuna.

O Sr. PABLO BARROZO:- Agradeço as palavras, Sr. Presidente, a convivência com V.Ex^{as} é que permite isso. Queria saudar as Galerias, os colegas da imprensa, as Sr^{as} e Srs. Deputados e todos os que nos assistem através da TV Assembleia. Sr. Presidente, o que me traz aqui, nesta tarde, a esta tribuna é fazer o que eu fui conduzido, pelas eleições, a fazer. Como é da minha obrigação, tenho que fiscalizar com o maior cuidado e respeito o atual governo do Estado. O governo que há oito anos e seis meses administra os rumos do nosso Estado.

Infelizmente, venho aqui, mais uma vez, falar da bandeira principal do governador Rui Costa: a educação. Área tão importante, deputada Ângela, para o crescimento e desenvolvimento do nosso Estado. Essa bandeira está defendida, não sei se foi inspiração na bandeira da presidente Dilma Rousseff, e é o Pacto pela Educação. Mas apesar de ser um tema tão importante é tratado de forma totalmente descabida e irresponsável. É o mesmo programa lançado, deputado Herzem, pelo governador Wagner em 2011. E volto aqui a relatar isso, o programa Todos pela Educação foi relatado em 2011, no final do governo Wagner não foram demonstrados os resultados alcançados, não foi informado as metas que teriam que ser alcançadas e que foram alcançadas. Ou seja, foi criada uma espuma para passar uma primavera, um verão, passar uma chuva e enrolar o eleitorado, enrolar o povo baiano. É o que está acontecendo agora com o Pacto pela Educação.

Vi, na Paralela e em muitos lugares da cidade, inúmeros outdoors com gasto enorme em publicidade como é do feitio do governo Wagner que o antecedeu. Mas, de concreto, se V.Ex^a entrar no site da Secretaria da Educação, deputado Alan Sanches, não verá nada vezes nada com referência ao que é que vai ser feito para melhorar a educação das pessoas que precisam da escola pública, porque as pessoas que têm condição, realmente, vão para a escola privada que, na sua maioria, têm uma

educação melhor. Infelizmente, poucas são as escolas públicas que oferecem uma educação digna. E essas pessoas não se sabe para onde vão, de que forma vai se resolver.

O Pacto pela Educação nada mais é do que: Olha, vamos nos unir aqui e vamos resolver o problema da educação na Bahia. É mais ou menos isso que está descrito no site da Secretaria da Educação. Mas as metas, de onde virão os recursos para melhorar, para dar infraestrutura às pessoas, aos professores e às escolas não se fala. Infelizmente, temos essa realidade.

E, infelizmente, o governo do Estado, hoje, esconde as suas responsabilidades atrás da crise que foi promovida pelo governo do PT, que foi promovida pelo governo Dilma Rousseff e Luiz Inácio Lula da Silva. Vimos a presidenta Dilma, esta semana, dizer em rede nacional para todo o mundo ouvir que não dá valor a palavra de delator. Como eleitor e cidadão baiano e brasileiro eu não dou ouvidos e não dou valor à palavra de uma mentirosa. A presidenta Dilma veio a público na sua campanha, no ano passado, deputado Hildécio, e mentiu para toda a população do Brasil, e mentiu deslavadamente, maquiando e escondendo a realidade do nosso País, que todos sabiam, mas ela dizia que não.

Então, presidenta, deixo aqui o meu voto para que V.Ex^a faça o que a população brasileira está esperando que seja feito. Renuncie, faça um favor ao nosso País, renuncie a esse mandato porque V.Ex^a não é digna de tê-lo.

Infelizmente, deputado Alan Sanches, o PT hoje está internado na UTI e está num estado semivegetativo, só que está sendo cuidado por um médico do Mais Médicos...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Para concluir.

O Sr. PABLO BARROZO:- (...) e quando falecer, deputado Hildécio, vai ser colocado como indigente, porque nem o pai, Luiz Inácio Lula da Silva, nem a mãe, a Sr^a Dilma Rousseff, vão assumir a maternidade e a paternidade desse filho, porque virou um filho que todo mundo acha que é leproso, os defeitos estão todos sendo colocados nele.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Alan Sanches pelo tempo de 2 minutos para ser regimental.

O Sr. ALAN SANCHES:- Sr. Presidente, tenho certeza de que vou contar com a sua benevolência, tolerância.

Queridos colegas, cidadãos que nos acompanham, primeiro, gostaria de chamar a atenção para a situação crítica por que passa Itaperoá neste momento.

O município e a região têm passado por grandes dificuldades. Em dezembro, a região e a cidade foram abatidos por fortes chuvas, se não me engano 16 de dezembro. Posteriormente, foi decretado estado de emergência e, de lá pra cá, a prefeitura municipal fez a recuperação das calçadas, o Derba, a secretaria do Estado

refez a pista que dava acesso a todos os municípios, mas, infelizmente, até agora, o governo do Estado não colocou um centavo e a população tem sofrido muito com isso. Depois que o governo do Estado decretou o estado de emergência, queria que olhasse pela cidade, pela região.

Há dois dias, a população revoltada interrompeu a passagem de Itaperoá para Camamu. A população precisa desse auxílio. Foi decretado estado de emergência e até o momento percebemos que as coisas não têm andado. Quando colocamos um município em estado de emergência, ficamos confiantes que as coisas vão acontecer. E, infelizmente, até agora, a população continua sofrendo. Julho, que se inicia agora, é um mês de inverno, as chuvas podem continuar e piorar a situação. Sendo assim, peço uma atenção àquele município.

O governo federal iniciou um repasse de R\$428 mil para cestas básicas, mas, infelizmente, até agora, só a primeira parcela foi paga. E a população continua, Sr. Presidente, sofrendo e carecendo demais dessa ajuda, dessa atenção do governo do Estado para que possamos minorar o sofrimento daquelas pessoas que perderam suas casas, perderam seus móveis, seus utensílios e, até hoje, nada foi feito em relação ao estado de emergência decretado.

Quero agradecer a V.Ex^a, sua benevolência e tolerância para que pudesse falar e chamar a atenção sobre o nosso município de Itaperoá.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Grande Expediente.

Continua com a palavra, pelo tempo agora de até 25 minutos, o deputado Alan Eduardo Sanches dos Santos, que vai nos presentear, com certeza, com um belo pronunciamento. Vamos ficar atentos ao que tem a nos dizer o deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES:- Sr. Presidente, hoje, vim preparado não para fazer uma cirurgia, mas para que pudéssemos ilustrar para os colegas que podem não ter o mesmo conhecimento. Queria falar sobre a Bahiafarma. Não adianta aquelas provocações para saber meu sentimento sobre o que tem acontecido. Acho que a vida segue, faz parte da política e vamos tocando nosso barco.

Mas o que acontece? Hoje, fui ler o jornal de ontem – já que não tive o tempo para seguir essa sequência – e tive a informação, oficial agora, de que a Bahiafarma vai iniciar a produção de próteses. É diferente, é muito difícil. Falo isso de cátedra, porque sou especialista em ortopedia, tenho título de especialista, residência médica, fui preceptor da residência, fui vice-presidente da Sociedade de Ortopedia Regional aqui na Bahia, fui presidente da Sociedade Regional, fizemos congressos, fui secretário-geral de congressos, então, estou falando aqui não só como deputado, mas como especialista no assunto.

A Bahiafarma, inicialmente, foi instituída para que pudéssemos vender e produzir as medicações não só para a Bahia, mas para todo o Brasil e quiçá exportar. A primeira medicação ainda não foi liberada propriamente dita, não começou a ser vendida. Está em vias da segunda medicação, mas, até agora, nada. E aí nós e a sociedade fomos pegos de surpresa. Até questionei o secretário que tem sempre muito boa interlocução com a Casa, comigo, um homem de bem, um homem probo, mas discordo às vezes dos pensamentos que estão sendo instalados.

O que acontece? V.Ex^{as}, deputados Sandro Régis, Rosemberg Pinto, por favor, olhem a caneta de V.Ex^{as}. Deputado Adolfo Viana, Pedro, Ivana, todos têm uma caneta, todas têm o mesmo nome: caneta. É a mesma coisa de prótese. Todas são chamadas de próteses, mas são diferentes, as próteses são diferentes. Então, a partir do momento em que começamos a falar em produção de próteses, não temos o médico para fazer aquela prótese. O meu questionamento foi o seguinte: a partir do momento em que temos um tipo de prótese, para que V.Ex^{as} saibam o que é prótese, queria um pouquinho a atenção de V.Ex^{as}. Isso aqui é uma prótese de joelho, é quando fazemos uma substituição da superfície articular do fêmur, o osso da coxa e da tíbia, isso fica dentro do osso, por dentro da pele. Só quem sabe que tem a prótese é o próprio doente. Então, isso aqui é uma prótese. Existem diversas próteses. Cada médico, cada serviço de ortopedia tanto na Bahia, que são diversos que fazem, mas também no Brasil, então temos diversas próteses e diversos treinamentos para executar aquela prótese.

Quando eu falo em prótese, temos que pensar, até um colega chefe do serviço de ortopedia do hospital aqui me mandou, não sei se V.Ex^{as} vão poder ver. Aqui existe uma prótese de quadril, essa que mostrei é de joelho. É bem didático, vou passar para que V.Ex^{as} possam ver, ela está quebrada dentro do fêmur. Temos diversas qualidades de próteses, são diversos laboratórios que fabricam a prótese tanto no Brasil como fora do Brasil. Não podemos simplesmente dizer que vamos querer comprar uma prótese, que vamos produzir uma prótese. Temos que saber quem está usando no Brasil e quem está usando fora do Brasil, qual é o seguimento que ela tem, que chamamos de follow up, que é o seguimento desse paciente, por quantos anos tem e em que serviço é.

Colegas, aqui é uma prótese. Quando iniciei a minha vida profissional, formei em 91, façam as contas, há 24 anos, eu ainda peguei essa prótese. Isso aqui é uma prótese de quadril, uma prótese parcial de Thompson, muito usada, o nosso senador usou muito. Com o decorrer do tempo, com o follow up, com o seguimento, foi observado que essa prótese que ela produzia grandes malefícios. Ela ficava aqui no quadril e com o tempo, com a carga, isso aqui é dentro do fêmur, ela era projetada, uma coisa chamada otopelve, e destruía o acetábulo daquela pessoa. Essa prótese foi muito usada, eu usei muito e hoje nós abandonamos porque ela mostrou que era ineficiente com o seguimento que eu falei. E estamos falando em produzir próteses, vejam como a coisa é difícil.

Depois disso, a evolução foi essa prótese que tem a cabeça fixa a um

componente único. Evoluiu para uma prótese chamada bipolar porque a cabeça é móvel. Fiz muito dessa também. O que aconteceu com o tempo? Às vezes, essa forma que ficava rodando bipolar travava e isso dava problema no quadril, e outras vezes ela soltava a cabeça dentro do paciente, fazia uma luxação dentro do paciente, é outro tipo de prótese. Temos aqui outros tipos de prótese, essas daqui são endopróteses que substituem uma parte maior do fêmur.

O que eu quero falar para V.Ex^{as} são demonstrações que a coisa não é simples. Quando o meu amigo aqui Gika, que trabalha com boi, ficava enganando dizendo que era negócio de pneu, mentira, era boi, o negócio dele era boi. Se ele disser que vai montar uma clínica, ele sai do ramo dele sem conhecer o ramo, ele pode, possivelmente, claro que ele tem uma inteligência acima da média, mas ele pode se dar mal como qualquer outro que pode ter tentado. Nosso amigo aqui Raimundo Nonato, Bobô, conhece de futebol, domina o esporte e resolve abrir uma clínica do Detran, essas clínicas de Detran; pode se dar mal porque não domina o assunto. Vou falar de mim, vou abrir um escritório, tenho dois filhos que são advogados, de advocacia para fazer um trabalho para quem quiser. Eu não domino o assunto.

A Bahiafarma deveria primeiro começar alguma coisa, começar a sua produção de medicação, não só pensar em outros investimentos que não domina ainda o assunto, estamos engatinhando na produção e venda de medicação. Nós deveríamos sentar, olhar e começar a nos dedicar a esse perfil de coisas. Primeiro, ver a medicação. Mas não. Nem começou a liberar o primeiro medicamento... Claro que tem o espaço físico acima da média que precisa ser utilizado, mas não é dessa forma.

Eu já vi diversos tipos de prótese começarem a ser usados e depois serem abandonados porque não deram resultado satisfatório. Questionei sobre essa produção, porque V.Ex^{as} sabem que o vendedor, o fabricante da prótese, diz que aquela é a melhor. É igual a carro: quando você vai a uma concessionária comprar um carro, o vendedor começa a dizer que o carro é ótimo. “Não, mas me falaram isso”; “Que nada, isso é o concorrente”. E por aí vai.

Nós precisamos, antes de entrar nessa... Quero dizer que isso não é opinião partidária, é opinião pessoal. Eu conheço, e posso dizer que debato com qualquer um, não aqui na Assembleia, mas com qualquer um na parte médica, pois fui criado nesse meio. Tenho mais de mil próteses feitas. Ensinei a diversos colegas que hoje operam e que foram meus alunos. Então, falo com conhecimento de causa. Não é adequado, estou dizendo hoje – gosto de marcar –, dia 1º de julho, que isso está fadado a um fracasso. Existem pessoas que, quando falamos, dizem que birra. Mas acho que não é um bom investimento que possamos fazer, entrar nesse meio.

(O Sr. Deputado manuseia próteses durante o discurso.)

Se falarem de prótese ainda, vou pegar outra aqui, prótese de joelho, articulada. Temos ainda prótese de ombro, e por aí vai. Mas cada prótese dessa... São dezenas de próteses que o serviço, não é só o médico, o serviço de ortopedia do Hospital Santa Isabel, do Hospital São Rafael, do Hospital das Clínicas é preparado e treinado para aquele tipo, porque, para dar um bom resultado na cirurgia – apenas para que V.Ex^{as}

entendam –, para uma cirurgia dar certo, temos que estar num local extremamente preparado para o procedimento. Em um centro cirúrgico bom, asséptico, que não tenha potencial de infecção, e aí vamos ter o primeiro passo pronto, um bom centro cirúrgico.

O segundo passo é o treinamento do médico. Ele tem que ser treinado, perito naquilo que ele está disposto a fazer. Tanto é que um dos problemas em que o médico pode incorrer é na imperícia, a falta de perícia, a falta de treinamento, a falta de técnica para realizar aquela cirurgia.

E o terceiro é o implante, que é a prótese. O implante é o grande responsável pela falha da cirurgia, pela falha da prótese, pela falha da artroplastia. Então, tão importante quanto a mão do médico treinada é o tipo do implante.

Quando se fala que o ortopedista quer um implante importado é por causa disso. Essa parte é um acetábulo, fica dentro da pélvis do paciente, quando tem, no caso, artrose. E este aqui fica no fêmur, haste femoral, ela vai encaixar.

Quando a gente fala no implante, inclusive o importado, é porque esse material plástico – parece que é um plástico simples, mas é um polietileno – é de alta resistência, porque ele pode durar no quadril 20 anos, 25 anos. E, se não tivermos um polietileno de excelente qualidade, você pode estar tendo de fazer uma nova cirurgia naquele mesmo paciente com 2, com 3, com 7 anos. É o que todo ortopedista não quer fazer, a revisão daquela artroplastia que ele fez.

Dito isso, mostro novamente aquele raio-X, que vou passar para os deputados que tenham interesse, ao deputado Rosemberg. Isto é um implante, é uma haste femoral em que está colocada uma prótese de fêmur, uma prótese de quadril, uma artroplastia de quadril. Tem uma que dá para vocês olharem melhor, dá para ver o material quebrado, a haste de metal quebrada, é justamente falha do implante. Nós estamos falando com conhecimento da coisa. Acho que não é o grande investimento que podemos fazer.

Amigos, até isto aqui é uma placa muito utilizada – hoje até menos utilizada –, porque é minimamente invasiva, com parafuso, em cada buraco desse é colocado um parafuso, para que possamos dar uma fixação. Isso aqui é uma placa femoral.

Mas até essa placa tem diversos fabricantes. E para que não aconteça a fadiga do material – que V.Ex^a usam até politicamente, fadiga do material, é isso. Esse material pode fadigar e quebrar. Quando ele quebra, você tem que novamente realizar um procedimento cirúrgico. É uma revisão da cirurgia. Em toda revisão de cirurgia, o sangramento é maior por causa da fibrose, a revascularização daquela região. E isso expõe cada vez mais o seu doente.

Chamo a atenção: a ideia de produzir isso é boa. Mas eu pergunto se nós temos a opinião da Sociedade Brasileira de Ortopedia? Não estou falando da baiana. Existe uma sociedade extremamente séria, uma sociedade forte. A deputada Fabíola conhece. É a Sbot.

A Sbot é extremamente séria, e poderia dizer... Esse laboratório, que não sei,

não me debrucei sobre isso, não estou falando do laboratório, não tenho conhecimento, seria leviano fazer juízo de valor sobre isso. Estou falando sobre a intenção de trazer, quando o que foi proposto já há alguns anos ainda não conseguimos liberar: a primeira medicação. Então, vamos liberar a primeira medicação, trabalhar para a segunda medicação. “Eu já quero fazer agora a prótese”. Não é dessa forma!

E aí, agora, digamos que está tudo bem, está tudo ótimo, a prótese é a melhor. Existe uma prótese muito boa, a da Jonhson, já fiz muita prótese da Jonhson, material bom e que muitos médicos usam, porque foi testado e aprovado, de qualidade muito boa. Mas existem diversos outros laboratórios. Mas digamos que está bem. Então, agora estamos pensando em usar aquele espaço, fazer um investimento e lucrar.

O deputado Fábio Souto é testemunha, porque é assíduo neste Plenário, e já me ouviu falar sobre as cirurgias não realizadas. Nós estamos aqui novamente... Eu preciso fazer uma cirurgia de joelho, colocar essa prótese que foi produzida na Bahiafarma. Quem vai operar? Só o SUS. Onde será operado esse doente? Eu disse aqui que um hospital da cidade – para não ficarmos falando sobre isso – a última cirurgia...

Como sou do ramo, continuo com minhas relações, principalmente com os ortopedistas. A última cirurgia que fiz, que pedi: “Bicho, dá pra fazer uma cirurgia para mim? É uma prótese de quadril”. “Oh, Alan, não dá. A última cirurgia que fiz de prótese de quadril foi em outubro!” Outubro!

Digo a V.Ex^{as}: como nós estamos pensando em produzir próteses se não estamos produzindo os médicos, que estão aí para operar, mas não são contratados nem conveniados para fazer a cirurgia? É como se eu tivesse querendo fazer carro – já vai entregar carro – onde ninguém aqui na Bahia dirigisse. Não sabe dirigir. Nós não temos o motorista: nós vamos produzir, mas não estamos operando.

Eu tenho bem menos experiência do que V.Ex^a no meio político, tenho 11 anos apenas de mandato eletivo, mas, quero dizer que saúde pública, para mim, não é uma coisa em que se tenha de obter lucro. O lucro obtido na saúde pública é a saúde do cidadão, pela qual somos responsáveis. É a saúde do cidadão que nos procura na Bahia, ou a saúde do cidadão baiano.

Então, essa coisa de querer lucro, de querer produzir, de querer vender, é diferente a minha mentalidade, eu não consigo conceber dessa forma. Antes de fazer a prótese, eu tenho que pensar na cirurgia que não estou realizando. Eu não realizo artroplastia na Bahia, que é a colocação de próteses de joelho, de quadril e de ombro. Não existe isso. Então, como é que queremos produzir prótese se não temos lugar para mandar o doente? Produzirei prótese para tentar... Se essa prótese tiver tudo que eu falei, o segmento, a adequação, os serviços que utilizam... Porque, para eu usar essa prótese, tenho que estar balizado em alguém que já vem usando. “E aí, Dr. Adolfo, essa prótese, o senhor usa há quanto tempo?” “Uso há 10 anos”. O que é pouco para darmos seguimento. Em 10 anos, essa prótese, qual foi? Eu tive x casos de luxação, eu tive x casos de soltura, e o resto está bem. Temos que ter o seguimento

do Dr. Adolfo. Não estou dizendo se há ou não. Mas a nossa preocupação tem que ser essa. Bato isto o tempo todo: V.Ex^{as} precisam também ficar alertas de que temos que operar o doente, temos que produzir essas cirurgias e estamos pensando primeiro em produzir próteses! Eu quero operar o doente, eu quero resolver o problema da saúde do cidadão. Eu disse que tinha um serviço que havia pedido para fazer uma cirurgia de prótese de quadril. “Alan, a última cirurgia que eu fiz aqui, de prótese de quadril, que foi liberada, foi em outubro”. E nós estamos falando em produzir prótese. Para quê? É mais um investimento que corre o risco de ficar abandonado e perdido.

O Sr. Sandro Régis:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ALAN SANCHES:- Antes de conceder a palavra a V.Ex^{as}, eu gostei do tema, pois é positivo para todos nós. Quero dizer que eu dei entrada em um projeto de lei – alguns aqui têm conhecimento, que eu vim passando isso – para criação de um cadastro único de cirurgias eletivas. Hoje, se perguntarmos qual é o número de cirurgias, de próteses de joelho, para serem feitas no Estado da Bahia, não tenho medo de errar: não são menos de 3 mil próteses para serem feitas. Mas a última foi feita em outubro, em determinado hospital. É nisto que temos de pensar, em fazer a cirurgia.

A Sr^a Fabíola Mansur:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ALAN SANCHES:- Não adianta eu tentar colocar um stent... Vamos falar do coração, colocar um stent no coração. Eu produzirei stent. Mas você não está fazendo o seu dever de casa, que é a cirurgia da colocação do stent, gente! Eu acho que estão botando o carro na frente dos bois. Nós precisamos realizar cirurgias. E aí, antes de passar a palavra a V.Ex^{as}, queria falar o seguinte: esse projeto é um cadastramento. Eu não estou dizendo que é obrigatório realizar cirurgia, criar nada, eu só quero a possibilidade de cadastrar esse paciente que hoje está aí: “Por favor, deputado Vando, ajude-me a fazer essa prótese”. “Deputado Adolfo...” É assim, porque não existe um lugar, uma lista. Você tem lista para transplante, mas não tem a lista para cirurgia. Para não dizer que não pode, o projeto não cria absolutamente nada de despesa.

Casa, em 2013, foi aprovado um projeto de autoria do deputado Bira Corôa, que é a criação do cadastro de pessoas desaparecidas e “dá outras providências”. Eu estou criando o cadastro de cirurgias eletivas, não digo nem “dá outras providências”, é só para que a pessoa tenha a possibilidade de dizer: “Meu Deus! Eu me inscrevi e um dia a minha cirurgia será realizada”. Temos ainda, nesta Casa, já aprovado, um projeto de autoria da deputada Graça Pimenta que obriga as unidades de saúde pública e privada a comunicarem ao Conselho Tutelar, pais e responsáveis legais os atendimentos médicos prestados. É a mesma coisa! Nesta Casa, há outro projeto que dispõe sobre a concessão de nova placa para o departamento estadual... Ou seja, está dispondo uma nova placa quando aquele carro for clonado. Isso foi aprovado nesta Casa. Nesta Casa foi aprovado também o projeto, de autoria do deputado Euclides, que fala sobre a obrigatoriedade da instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência em parques e áreas de lazer. Outro projeto, que institui o cadastro

estadual de pessoas desaparecidas e dá outras providências. É exatamente a mesma coisa, e o parecer ao projeto do deputado Bira Corôa foi dado positivamente pelo, acho que ainda presidente da CCJ, deputado Joseildo Ramos.

Ontem falei com o deputado Sandro Régis, que disse que não havia nenhum óbice sobre isso; falei também com o deputado Zé Neto; dei conhecimento a diversos deputados sobre esse projeto simples, mas necessário.

Gostaria de passar a palavra, primeiro para o deputado Sandro Régis, depois para o deputado Adolfo, depois para a deputada Fabíola Mansur. Gostaria que V.Ex^{as} fossem breves para que os três possam fazer comentários.

O Sr. Sandro Régis:- Deputado Alan, V.Ex^a traz em seu discurso uma grande contribuição para esta Casa. Para aqueles parlamentares, como eu, que não têm formação em medicina, hoje tomo uma verdadeira aula sobre essa questão. Após o seu discurso técnico e sua explanação, fico convicto que as minhas afirmações do passado se refletem até hoje.

A Bahiafarma não é especialista em prótese, como V.Ex^a afirmou; a Bahiafarma é especialista em lorotil; é mais uma lorota da Bahiafarma dizer que vai produzir próteses. A única coisa que a Bahiafarma produz, e muito bem, é o remédio chamado lorotil, para enganar a sociedade baiana.

V.Ex^a hoje deu uma aula nesta Casa sobre medicina, especificamente sobre prótese. V.Ex^a, claro, não disse, mas afirmou o que o deputado Sandro Régis já tinha dito desde o ano passado e a sociedade baiana sabe. A única coisa que a Bahiafarma produz bem é o famoso lorotil.

Muito obrigado.

O Sr. ALAN SANCHES:- Obrigado, deputado Sandro Régis.

Deputada Fabíola Mansur.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Apenas para lhe elogiar. É importante o projeto de cadastro único de cirurgias eletivas. Entendemos que é uma demanda importante, e não podemos desconsiderar a importância da produção de remédios e próteses pela indústria farmacêutica local, que gera emprego e renda, dividendos, e capacidade nós temos para isso.

Mas o seu projeto é extremamente importante. Eu, como membro titular da Saúde, peço também que os líderes da Oposição e da Situação possam fazê-lo tramitar em regime de urgência, que não só garantirá maior acesso às pessoas a saberem das suas situações nas filas de cirurgias eletivas, como talvez alavancar uma política que consiga resolver essa questão no nosso Estado.

O Sr. ALAN SANCHES:- Obrigado, deputada.

Na verdade, a senhora deputada, como oftalmologista, imagine, exemplificando na sua área, que a pessoa tem catarata. Vamos fazer cirurgia de catarata. O deputado Adolfo Viana tem 60 anos e precisará fazer, que não aconteça, aos 70 ou 80 anos, uma cirurgia de catarata. Não é essa cirurgia feita na Bahia - não estou dizendo que não seja, estou exemplificando – mas quer-se produzir a lente para

colocar quando do tratamento da catarata. Não faz a cirurgia mas quer produzir a lente. As coisas são paradoxais.

Primeiro, temos de tirar essa legião de pacientes, de cidadãos que estão sem mobilidade, que estão inativos, nas faixas etárias de 40, 50, 60, 70 anos com o vigor da saúde, mas não conseguem deambular porque têm uma artrose grave no joelho, uma artrose grave no quadril, e não conseguimos fazer a cirurgia. Mas nós, no momento, vamos preferir produzir prótese a produzir paciente são.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Questão de ordem, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, gostaria que V.Ex^a fizesse uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto, Líder do PT.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Presidente, a minha questão de ordem é para falar da importância da sessão de hoje. Primeiro, ouvimos uma aula de ortopedia do deputado Alan Sanches, e não seria diferente, em razão da sua capacidade na condição de médico e de cirurgião, bem como de operador da política.

É lógico que eu só discordo deputado Alan Sanches – me pronunciarei posteriormente sobre isso – no que diz respeito à capacidade dos baianos e das baianas de fazerem próteses de qualidade. Diziam que a Ford, se viesse para a Bahia, fabricaria automóveis com três rodas e etc, e a Ford, hoje, – independente de quem a trouxe – é um exemplo para o mundo. Os trabalhadores baianos e baianas montam os carros com qualidade! A Bahia acabou recebendo um prêmio mundial da Ford como a indústria baiana que tem a maior capacidade de realização, ou seja, no que se refere aos seus funcionários. Depois me posicionarei sobre isso, inclusive estou inscrito.

Sr. Presidente, quero pedir a V.Ex^a que marque o tempo regimental e convoque todos os deputados e deputadas para se fazerem presentes, porque, deputado Adolfo Viana, a votação que faremos hoje é de extrema importância para os rumos do nosso Estado. Gostaria de pedir a V.Ex^a que ponderasse, uma vez que nós estamos debatendo um projeto que minimizará o Orçamento do Estado e que precisamos debatê-lo, hoje, no que se refere à utilização das verbas que ficam creditadas no Tribunal de Justiça.

Na realidade, essas verbas não são utilizadas, e seria importante que a sociedade baiana pudesse, da mesma maneira que os outros Estados fazem, utilizar isso para fazer com que as ações do Estado baiano tenham rapidez nas suas

execuções.

Por isso, quero convidar os deputados e deputadas para se fazerem presentes na Casa, para que possam marcar as suas presenças. Convoco todos os deputados que estão na sala do cafezinho, na biblioteca, nos seus gabinetes ou recebendo convidados do interior do Estado para virem ao Plenário marcar as suas presenças, de modo a garantir a continuidade da presente sessão.

Por isso, meu querido presidente, gostaria que V.Ex^a marcasse o tempo regimental de 25 minutos e que convidasse todos os nossos nobres pares a se fazerem presentes, neste momento.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- V.Ex^a será atendido. Gostaria que o painel fosse zerado e que o tempo regimental de 15 minutos fosse marcado.

O Sr. Alan Sanches:- Questão de ordem, Sr. Presidente, deputado Sidelvan Nóbrega.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Questão de ordem, deputado Alan Sanches. Depois falará o deputado Adolfo Viana.

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente, na verdade, como fui citado e mal interpretado pelo deputado Rosemberg Pinto, que me antecedeu... Jamais na minha vida! Jamais! Tenho duas certezas...

O Sr. Paulo Rangel:- Deputado, V.Ex^a tem de marcar a presença.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Obrigado, deputado Paulo Rangel.

O Sr. Alan Sanches:- V.Ex^a tem de ficar mais presente, mais assíduo, ao invés de se preocupar com a minha presença.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Deputado Alan Sanches, por favor registre a sua presença.

O Sr. Alan Sanches:- V.Ex^a tem de ser mais presente, ao invés de ficar preocupado com a minha presença. V.Ex^a se preocupe com a sua presença, não com a minha.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Deputado Alan Sanches, formule a sua questão de ordem por gentileza.

O Sr. Alan Sanches:- Deputado Sidelvan Nóbrega, fui citado e mal interpretado. Tenho duas certezas na minha vida: que tenho quatro filhos e que jamais questionarei a capacidade do baiano. Eu sou baiano, meus filhos são baianos, sou casado com uma baiana, meu pai e minha mãe são baianos e extremamente capazes.

Eu jamais vou questionar a capacidade de um cidadão, como eu, baiano, de realizar qualquer outra tarefa. Não é produzir prótese, porque isso é nada.

Estou falando, deputado Rosemberg Pinto, como médico, como ortopedista, como ex-presidente da Sociedade de Ortopedia, como preceptor da Residência do Hospital Santa Isabel, como fundador da Residência da Cato e como outras coisas mais que V. Ex^a pode olhar em meu currículo.

Estou falando como médico ortopedista. A produção não é simplesmente a produção de uma prótese! O que será dado ao baiano é a matéria-prima, que vem de quem é o dono da empresa. Ele vai trabalhar com a matéria-prima, não é a mão de obra.

V.Ex^a se equivocou, em seu discurso, quando fez a interpretação, querendo defender o indefensável. V.Ex^a se equivoca entre mão de obra e matéria-prima.

Eu falo em matéria-prima. O que vimos naquele raio-X, que mostrei, foi fadiga do material. Não é inadequação de mão de obra. V.Ex^a se equivoca.

A capacidade do baiano é para fazer qualquer coisa na vida, como qualquer um no mundo. O que questiono é a matéria-prima usada, e trouxe um exemplo. Posso trazer 500, na próxima sessão, se assim V.Ex^a desejar, de fadiga do material, que significa inadequação da matéria-prima. Então, V.Ex^a por favor não questione mais um pronunciamento meu sobre a capacidade de qualquer cidadão, principalmente do meu Estado, que amo. Estado em que meus filhos, meu pai e minha mãe nasceram. Todos aqui têm capacidade para realizar qualquer atividade.

A partir do momento em que você traz um laboratório de fora, querendo lucrar... Temos que pensar em resolver o problema daquele paciente que bate no seu consultório, no seu gabinete, pedindo pelo amor de Deus uma prótese. Tenho certeza de que V.Ex^a, no seu segundo mandato, já recebeu paciente pedindo prótese de quadril, de joelho, de ombro ou do que quer que seja.

Estamos colocando o carro diante dos bois. Precisamos fazer o contrário, ou seja, precisamos colocar o carro para andar para depois produzir. Estamos invertendo as coisas.

Tenho certeza, deputado Rosemberg Pinto, de que me fiz esclarecido. E que V.Ex^a se equivocou na interpretação do que falei. Eu falei de matéria-prima e seguimento médico! Aqui será produzida, e não inventada, uma prótese. Será produzido o que já é produzido em outro local. Sendo produzido em outro local, o que questiono é o seguinte: qual o seguimento que temos desse material? Qual o seguimento que temos dessa prótese? Qual serviço no Brasil utiliza, com sucesso, essa prótese, e por quanto tempo? O que questiono é isso! E vou continuar questionando, se este é o momento de a Bahiafarma realizar produção e venda de prótese, quando ainda não conseguiu liberar o primeiro medicamento. Temos que fazer a coisa passo a passo, senão vamos ficar fazendo, apenas, balão de ensaio.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Para concluir, deputado.

O Sr. Alan Sanches:- Ainda tenho 30 segundos, Sr. Presidente.

Começamos a falar das policlínicas. Agora, já é produção de próteses, e mais coisas virão. Não tive acesso aos kits da chikungunya, da dengue e da zika, não sei se V.Ex^a tiveram para confirmar, mas também foi lançado aí. O que questiono é o seguinte: primeiro, temos de fazer o tratamento de nossos doentes, para depois pensar em produzir próteses.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, ouvi atentamente o nobre deputado Alan Sanches dar uma verdadeira aula, neste Parlamento, sobre as próteses.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, já temos quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Já temos quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria, ou ao Líder do Bloco Parlamentar PT-PSL-PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, pelo tempo de 11 minutos falará o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr^{as} e Srs. Deputados, meu querido presidente desta sessão, meu querido deputado Alan, talvez V.Ex^a não tenha escutado o que eu falei. Em momento algum quis fazer nenhuma crítica a V.Ex^a e nem interpretei com relação à qualificação das pessoas. Eu apenas usei como exemplo.

Quero discordar, e estava falando a V.Ex^a o seguinte: primeiro, eu acho que a Bahia tem que entrar nos diversos segmentos da parte industrial. Nós não podemos achar que somos apenas exportadores de produtos. Nós temos a melhor qualidade de polietileno do Brasil fabricado aqui no Polo Petroquímico de Camaçari. Trabalhei lá e nós temos o melhor polietileno do Brasil, com capacidade para fazer qualquer material de polietileno. Não estou fazendo nenhuma crítica a V.Ex^a do ponto de vista da defesa do seu pensamento. Agora penso diferente.

Acho que o governador do Estado estava correto quando recebeu uma empresa Italiana. O que vocês não sabem, meus queridos deputados, é que há uma reserva de mercado no Brasil para essa questão das próteses. É esse o debate que nós temos que fazer. Há uma reserva de mercado: apenas duas empresas comercializam as próteses no Brasil.

Nós precisamos romper com isso, e a forma é criar alternativas, deputado Adolfo Viana, para que a gente possa fabricar o que pensa o governador Rui Costa nesta questão. Longe, inclusive, de nenhuma divergência com o deputado Alan, muito pelo contrário. Tenho um respeito muito grande e acho que ele está correto, do ponto de vista de pensar que temos que ter, com mais agilidade, o equipamento para os médicos trabalharem. Mas não podemos perder a oportunidade de fabricar os equipamentos necessários para que a gente possa ter uma saúde de ponta no Estado da Bahia. Então, é nesse sentido que estou falando isso.

Quando eu falo “lá atrás”, é só para mostrar que o Brasil tem uma capacidade imensa. Essas empresas que fabricam são multinacionais, são comercializadas aqui no Brasil por outras empresas multinacionais. O que o governador Rui Costa propôs?

Receber uns empresários para verificar a possibilidade de se implantar na Bahia, porque se não se implantar na Bahia vai se implantar em outro Estado, vir para a Bahia para gerar emprego e renda.

Qualquer equipamento de saúde para ser utilizado tem que ser regularizado pelas normas técnicas e pelas instituições de qualidade que obviamente vão dar o selo de qualidade para que possa ser implantado. Ninguém vai favorecer um equipamento para ele ser utilizado sem passar pelos órgãos de inspeção. Qualquer produto, mesmo internacional, quando vem para cá, tem que estar regulamentado dentro das condições de qualidade para que ele seja utilizado. Principalmente equipamentos de saúde que envolvem a vida de homens e mulheres.

Então quero dizer, meus queridos deputados e deputadas: acho que o deputado Alan Sanches está correto na primeira tese sobre a importância do Estado agilizar ferramentas que possam melhorar, ainda mais, a saúde da população baiana. Mas temos que ir na linha de atrair empresas que fabriquem esses produtos. Esses produtos são vendidos aqui caríssimos. Nós podemos fabricar ele aqui, ser comercializado para o SUS, para o Estado, com um valor representativo a menor e isso melhorará os investimentos na saúde, meu querido deputado Adolfo Viana.

Sei que V.Exª tem tempo, mas vou ceder-lhe aqui por educação.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Exª sempre muito elegante, deputado Rosemberg Pinto. Quero só a título de esclarecimento e sei que V.Exª é um deputado Líder do PT e que tem acesso a informações privilegiadas, por parte do Governo, porque é um parlamentar que faz parte da gema do Partido dos Trabalhadores.

Quero saber de V.Exª a título de esclarecimento: a Bahiafarma hoje produz algum medicamento que esteja chegando até o consumidor? Porque a informação que tenho é que nenhum medicamento produzido pela Bahiafarma hoje chega até o consumidor.

Então, quero saber sobre esses dois questionamentos que lhe faço. Com relação também às farmácias populares que a Bahiafarma está fechando, quero saber se não seria mais produtivo, por parte da Bahiafarma, primeiro fazer com que os medicamentos cheguem até o consumidor, que as farmácias populares continuem a atender a população para depois pensar em produzir o material que ela não tem ainda o know-how para fazer.

Essas são as duas questões.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Primeiro quero aproveitar para saudar os meus companheiros Radaman, prefeito da nossa cidade de Varzedo, que se faz presente aqui e o meu querido amigo diretor da Agersa, mas prefiro tê-lo como ex-prefeito da nossa bela cidade de Maragogipe e tenho convicção de que o povo lhe quer de volta. Conte comigo para esse retorno.

Meu querido Adolfo, a Bahiafarma foi fechada pelo governo de V.Exª. Primeiro, vamos começar aqui: eu trabalhava, era dirigente sindical do Polo Petroquímico de Camaçari e V.Exªs fecharam a Bahiafarma, que produzia os produtos

para atender a saúde básica da população baiana. Ela foi fechada e nós batalhamos muito e o governador Jaques Wagner a reabriu. Não é fácil começar do zero, novamente, porque nem as paredes estavam suspensas lá. Ou seja, destruíram a Bahiafarma porque não havia uma política de saúde para a população, principalmente para a mais carente, porque não produzia produto para classe alta. Produzia soro, comprimidos para a pressão arterial para atender a saúde básica da população carente e foi fechada.

A volta dela é com esse objetivo, deputado Adolfo Viana, de atender a essa população mais carente e produzir esse material. E tem produzido, mas não tem produzido para comercializar, porque não é para a Bahiafarma ganhar dinheiro com a saúde e com medicamentos, é para atender os postos de saúde, os hospitais públicos do nosso estado. É esse o papel da Bahiafarma.

Acho que o governador está extremamente correto quando traz à tona a criação de novas oportunidades aqui para a Bahia e o rompimento com esse cartel de próteses, que esses dias foi matéria do Fantástico e do Jornal Nacional da Rede Globo. Falavam exatamente sobre o processo de comercialização e de utilização indevida por alguns médicos irresponsáveis que utilizam de suas prerrogativas para colocarem próteses em pessoas que sequer precisam delas. E Começa na cadeia.

A ideia é de se fazer sim. O governador Rui Costa está correto quando traz aqui empresários que têm experiência na área para fabricar aqui, porque temos polietileno de primeira qualidade, que é o insumo básico para fazer essas próteses, que hoje estão no mercado de melhor qualidade. Nós temos uma mão de obra invejável.

Todos diziam que nós não podíamos fazer navios aqui, que nós não podíamos recuperar plataformas e Maragojipe é um exemplo da reforma das plataformas da Petrobras com a nossa mão de obra. V. Ex^a precisa conhecer o estado. Existem dois estaleiros: o estaleiro São Roque do Paraguaçu, entendo que V. Ex^a não é da área, com todo respeito, que serve para construção e recuperação de barcos e o outro que é a Enseada de Paraguaçu, que foi paralisado recentemente, aquele da UTC. São dois estaleiros diferentes. A mão de obra baiana que faz com que realmente hoje não precisemos mandar nossas plataformas para o exterior pois fazemos na Bahia, gerando divisas para o nosso Estado.

É com esse espírito que quer o Governador Rui Costa, com o espírito de gerar riqueza para a região. E qualquer produto que seja feito, principalmente nessa área de saúde, tem que ser liberado pela Anvisa, pelos órgãos de regulação desse segmento e tenho convicção que todas as medidas serão tomadas. É apenas um protocolo. É lógico que o segmento empresarial não vai gostar de perder a sua reserva de mercado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou Líder do bloco parlamentar PSB,PRB, PSC para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, falará pelo tempo de 5 minutos o deputado Adolfo Viana e por 6 minutos o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nobrega):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares. Fico surpreso quando vejo o Partido dos Trabalhadores continuar a criar sonhos na cabeça dos baianos. O deputado Rosemberg Pinto sobe a esta Tribuna e fala que a Bahiafarma agora vai produzir próteses. O Governador Rui Costa anunciou no Bahia Notícias e V. Ex^a vem fazer a defesa. O deputado Alan, que é médico ortopedista, já demonstrou a preocupação porque a Bahiafarma até hoje não produziu nenhum comprimido que chegasse às mãos da população. Deputado Rosemberg Pinto, o senhor precisa se informar direito. As farmácias populares estão sendo fechadas pela Bahiafarma. Mas eu vou além, o atual governo gosta de criar factóides. Vem dizer que vai produzir próteses, mas porque não produz antes o que prometeu na campanha eleitoral? Por que não produz a Ponte Salvador - Itaparica? Por que não produz a Ferrovia Oeste - Leste e o Porto Sul? Por que não produz o oceanário? Cadê a Jac Motors?

Esse governo é o governo da propaganda. É o governo que se assemelha porque é o mesmo governo da Presidente Dilma, que cometeu o estelionato eleitoral enganando o povo brasileiro. Se elegeu contando mentira no período eleitoral, falando que os impostos estavam controlados, que a energia não iria subir. O governo da Bahia colou no estelionato eleitoral da campanha nacional e colocou nas suas propagandas o Porto Sul, a Ferrovia, deputado Alan, o trenzinho passava soltando fumaça e os baianos ficavam na esperança de que iria acontecer. A Presidente Dilma tem hoje menos de 10 % de aprovação porque o povo brasileiro agiu de boa fé para com ela. Acreditou na conversa dela, em rede nacional, transmitida pelos veículos de comunicação. Todos ficaram na esperança de que a vida dos brasileiros iria melhorar e hoje o desemprego toma conta. No final do mês a conta não fecha mais. O que o trabalhador comprava no mês passado, no mês seguinte já não consegue comprar mais. Aí, os deputados da Base do governo vêm a esta tribuna para fazer novas promessas para o povo baiano, sem terem cumprido ainda as promessas do período pré-eleitoral. É por isso, deputado Gika, que estão descendo a ladeira na aprovação popular.

O povo brasileiro reprovava o governo da Dilma em 70%. Setenta por cento dos brasileiros reprovam. Reprovam porque se sentem enganados; reprovam porque a presidente Dilma, para conquistar os votos dos brasileiros, mentiu para o povo brasileiro, enganou o povo brasileiro, disse que realizaria o que ela não tem condição de fazer. É por isso que o País está nessa crise. E o governo do Estado da Bahia que se favoreceu da campanha nacional, agora está correndo o risco de descer a ladeira junto com a presidente Dilma. Se as promessas que foram feitas pelo governo do Estado não forem cumpridas, a aprovação do governo chegará lado a lado com a aprovação do governo federal. Menos de 10% de aprovação por parte dos baianos.

Meu amigo, Rosemberg Pinto, deputado que tenho muito respeito, não venha fazer desta tribuna nenhum tipo de promessa para os baianos, porque os baianos estão cheios de promessas. As promessas que V.Ex^{as} fizeram, no período pré-eleitoral, nenhuma delas foi cumprida até agora. O povo da Bahia não quer mais promessa. O povo da Bahia quer que sejam cumpridas as promessas que foram feitas no período pré-eleitoral. Vamos ter responsabilidade com os eleitores!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o nobre deputado Luciano Ribeiro, pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, funcionários da Assembleia, imprensa presente, pessoal assistente da Galeria Paulo Jackson, fiquei atento ao discurso empolgado do deputado Rosemberg Pinto, na vontade de fazer aquilo que é impossível: defender um governo que se mostrou e se mostra, ao longo de 8 anos e 6 meses, um governo incompetente, incapaz de gerir sequer as finanças do Estado, quiçá a saúde, a segurança, ou uma fábrica de remédios ou de próteses. Meu caro Rosemberg, sejamos realistas. É necessário sair da retórica e ver o que está a ocorrer nesta Bahia atual, nesta Bahia em que vivemos.

Nesta Casa, a cada dia, somos surpreendidos com o governo mostrando a sua completa inaptidão para o trato com a coisa pública. Se já não me bastassem todos as surpresas que declarei aqui, hoje, foi enviado a esta Casa, meu caro Líder, deputado Sandro Régis, um projeto de lei do governo do Estado que assume a sua completa inaptidão, a sua completa incapacidade de gerir dinheiro público. O governo quer pagar os seus débitos, fruto da sua incompetência...

O Sr. Sandro Régis:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- V.Ex^a terá o aparte.

(...) pagar os funcionários públicos inativos com o dinheiro nosso, o dinheiro alheio, o dinheiro que não lhe pertence, sob o argumento frágil de que essa lei pertence a uma autorização federal. Mas isso é uma inverdade, isso é uma mentira. O que o governo quer, deputado Sandro, é pegar o dinheiro daqueles que lidam e que estão a lutar na Justiça por algum direito seu, e que lá fizeram o depósito judicial! O dinheiro que lá está é da parte, é do contribuinte, é do cidadão. O governo quer é tirar esse dinheiro, vejam bem, para pagar precatórios, são débitos judiciais, débitos do Estado para pagar, pasmem vocês, com o dinheiro da população, para pagar os inativos, porque o Estado está simplesmente quebrado.

E não pode vir aqui o Líder do governo do PT, ou quem o governo defende, dizer que isso é fruto da inaptidão de governos passados. O governo passado, se inaptidão teve, pagou por isso perdendo as eleições. E é o que há de ocorrer com esse governo incompetente, inábil e que não passa as suas ações de retóricas sem sentido, de retóricas sem ação. E iremos, sim, combater esse projeto para que o governo

procure resolver as suas demandas, pagar os seus débitos, pagar os seus funcionários com o dinheiro que pertence a ti, que pertence ao governo e procure gerir de forma eficiente.

É um absurdo esse projeto, além de ser moralmente ilegal, ele é inconstitucional.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- V. Ex^a tem o nosso aparte.

O Sr. Sandro Régis:- Deputado Luciano Ribeiro, V.Ex^a pela sua capacidade é o nosso jurista da nossa Bancada, quando esse projeto foi publicado hoje no Diário Oficial, tive logo o cuidado de ligar para V.Ex^a no início da manhã e pedir que nossa assessoria, tanto a técnica como a jurídica da Oposição, sentasse e se debruçasse com V.Ex^a para na reunião da Bancada, hoje, V.Ex^a pudesse trazer a nossa Bancada a refletir esse projeto.

Quero dizer que o governo, os deputados governistas desta Casa, para atender ao governador, eles vão votar o projeto e mais uma vez vão votar, atendendo ao governador e sendo prejudicial à sociedade. Mas a Bancada de Oposição votará contra esse projeto, como nós todos já conversamos, porque temos o mesmo entendimento que V.Ex^a, que esse projeto é muito bom para o governo, mas muito ruim para sociedade. Muito obrigado.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Meu caro Sandro Régis, agradeço o vosso aparte e peço que o incorpore ao nosso discurso. Mas quero ir além da sua palavra, penso que nós da Oposição não devemos apenas votar contra esse projeto, mas devemos ir além, ir à Justiça buscar o reconhecimento da inconstitucionalidade, porque há uma impropriação indébita do dinheiro do cidadão baiano. E nós que estamos aqui trabalhando com zelo, com coerência, com independência, cuidando dos interesses dos baianos, não podemos viver ajoelhados, de cócoras nesta Casa, porque esta Casa precisa ter a altivez e o governo não pode querer aprovar um projeto desse, porque além de tudo, com todas as suas ineficiências, aprovar um projeto desse a toque de caixa de uma forma e de outra e de forma urgente.

Nós da Oposição estaremos atentos para aqui enfrentar esse debate e mostrar que é um projeto inconstitucional e imoral.

Muito obrigado a todos.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. Adolfo Viana: - Sr. Presidente, questão de ordem

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana: - Sr. Presidente, não podemos aceitar aqui que a base do governo, junto com o governo, todo dia traga uma promessa diferente, sem cumprir as promessas antigas! Precisamos ter responsabilidade com o povo baiano. Não dá para cada dia aparecer com uma ideia nova, um projeto milagroso, sem cumprir

antigas promessas feitas, principalmente, no período pré-eleitoral.

Sr. Presidente, queria que V.Ex^a fizesse uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, gostaria que V.Ex^a pedisse para zerar o painel e desse os 15 minutos regulamentares, caso não tenhamos quórum imediato, para que restabeleçamos o quórum necessário para a continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- V.Ex^a será atendido.

Solicito zerar o painel e marcar o tempo de 15 minutos para que os deputados que estão no cafezinho...

O Sr. Paulo Rangel: - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel: - Sr. Presidente, quero neste momento pedir, convocar ao mesmo tempo todos os deputados da base do governo a se fazerem presentes, já que hoje temos uma das votações mais importantes aqui, que ocorrerá logo mais, que é, possivelmente, a votação da LDO, o programa de desembolso global do nosso governo. Então, precisamos restabelecer o quórum imediatamente. Assim, quero convocar todos os deputados, os que estão no cafezinho, nos gabinetes, na biblioteca, os que estão articulando política neste momento, para se fazerem presentes neste recinto. Temos uma questão de ordem feita pelo deputado Adolfo Menezes, que pede uma verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

Sr. Presidente, também queria registrar, no meu tempo de 5 minutos, que estive participando de um evento na cidade de Paulo Afonso, minha cidade natal, onde o governador Rui Costa inaugurou o conjunto habitacional de mais de 200 casas, que custou aos cofres públicos, considerando que teve contrapartida do governo do Estado e da federação também, cerca de R\$ 12 milhões. Projeto importante que vem atender as necessidades de moradia do nosso povo, no caso mais específico lá da cidade de Paulo Afonso.

Então, neste momento quero parabenizar aqui o nosso governador Rui Costa que vem fazendo um grande trabalho, tem sido reconhecido no interior e tem dado continuidade ao trabalho feito pelo nosso ex-governador Jaques Wagner.

Quero reiterar o nosso pedido para que todos os deputados, principalmente da base do governo, se façam presentes para que possamos restabelecer o quórum para continuidade da presente sessão.

Era essa a minha questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Por favor, marque sua presença, deputado Adolfo Viana.

Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Já marquei, Sr. Presidente.

Acabo de receber aqui uma quantidade muito grande de obras iniciadas em 2014 e com prazo de execução em um ano. Eu gostaria de lê-las para que o governo tenha conhecimento de que compromissos feitos e iniciados precisam ser realizados. Não dá para ficarmos aqui recebendo a cada dia uma idéia nova, uma proposta nova, um projeto novo, enquanto que os antigos não estão sendo concretizados. Eu acho que o Estado perde dinheiro com isso, o governo vem perdendo credibilidade com isso, mas continuam a trazer novas idéias, novas propostas, mesmo sem terem concretizado os projetos anteriores.

Então, estão aqui: obras iniciadas em 2014 com prazo de execução de um ano: construção de unidade do sistema de Segurança Pública - 38 unidades. Valor do contrato: R\$ 111.613.420,82. Municípios: Bom Jesus da Lapa, Bonito, Buritirama, Camaçari, Canarana, Capim Grosso, Iguaí, Itaberaba, Itapetinga, Jequié, Luís Eduardo Magalhães, Maraú, Salinas das Margaridas – querida Salinas das Margaridas –, Serrinha, Teixeira de Freitas, Uruçuca, Vera Cruz, Alagoinhas, Barreiras, Barro Preto, Casa Nova – minha querida Casa Nova, na ânsia de receber essas obras. Quero ressaltar que o norte do Estado está muito carente de investimento na área da Segurança Pública. A querida cidade de Casa Nova precisa de investimento, Juazeiro, Campo Alegre de Lourdes, que já teve seu único banco assaltado umas duas ou três vezes e foi castigada com mais de 30, 40 dias sem as portas do Banco do Brasil serem reabertas por conta de insegurança –, Alagoinhas, Barreiras, Itaju do Colônia, Itamaraju, queridíssima cidade de Itamaraju, Ituberá, Juazeiro, Mata de São João, Paulo Afonso, Porto Seguro, Rosário, Salvador e Maragogipe.

Além dessas obras aqui, existe uma série de outras. E eu quero pontuar para que o governo perceba que a Oposição cumpre com o seu papel cobrando as obras prometidas, que foram para o programa eleitoral e estão na cabeça dos baianos, como a Ponte Salvador- Itaparica, a duplicação da rodovia Ilhéus-Itabuna, a Barragem do Rio Colônia, o Porto Sul, a FIOLE, Ferrovia Integrada Oeste-Leste, o Estaleiro do Paraguaçu, a JAC Motors, o novo Aeroporto Internacional de Ilhéus, o novo Aeroporto de Vitória da Conquista, a Barragem do Rio Catolé, também em Conquista. Enfim, uma série de outras obras.

Queria aproveitar a presença do nobre presidente desta Assembleia Legislativa, o meu amigo deputado Marcelo Nilo, para fazer uma provocação à nossa Mesa Diretora, através de V.Ex^a, que preside e honra esta Casa. Sr. Presidente, em 2013 nós aprovamos à unanimidade neste Parlamento o Orçamento impositivo. Mas em 2014 o governo do Estado não o cumpriu. Neste 2015 ainda não ouvimos falar nada com relação ao cumprimento dele, presidente, e lembro-lhe que já estamos no meio do ano, iniciando o mês de julho.

Queria que o senhor como chefe do Legislativo nos orientasse como este Poder

deve proceder, uma vez que ele aprovou o Orçamento impositivo, o governo já descumpriu em 2014 e tudo indica que em 2015 irá conduzir da mesma maneira.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Adolfo, primeiro, gostaria de dizer que tem apenas 13 Srs. Deputados no Plenário! Há um quórum de continuidade da sessão solicitado por V.Ex^a e pelo deputado Paulo Rangel. Mas falta muito para que ela continue.

Deputado Adolfo Viana, parabeno-o, já que está provocando um assunto importante. Mas gostaria que V.Ex^a formalizasse através dos deputados, independentemente de serem governo ou Oposição, ao presidente. Nós vamos sentar com o governador e pedir-lhe um cronograma, tendo em vista que o Orçamento é para 2015 e nós estamos na metade do ano. Pode ter certeza de que V.Ex^{as} terão do presidente da Assembleia todo o apoio para cobrar do Poder Executivo o compromisso assumido. Inclusive foi através da emenda impositiva, que é uma decisão desta Casa, é lei. E V.Ex^a sabe que magistrado só anda se for provocado. Então, provoque o presidente para que eu possa conversar com o governador do Estado para que ele cumpra o papel de executar essas emendas impositivas.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, agradeço a sua atenção.

Tenho o apoio do Líder Sandro Régis. Vamos fazer esta provocação formal a V. Ex^a. Mas tenho uma dúvida. No ano de 2014 nós não tivemos acesso ao Orçamento impositivo através das emendas, e parte dos parlamentares do governo foi contemplada com emendas impositivas. Pergunto-lhe então como V.Ex^a, como presidente deste Poder, pode nos ajudar, porque estamos sendo no mínimo perseguidos pelo governo, uma vez que apenas os parlamentares da base governista têm sido contemplados com emendas impositivas.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, não posso falar mais por 2014 porque já encerrou! Aliás, o de 2013 também. O de 2014, que vale para 2015, esse Orçamento eu posso dizer que vou cobrar do Poder Executivo a sua execução. Agora, o de 2013 para 2014 eu não posso mais cobrar, porque já encerrou. Este que V.Ex^a está me cobrando é atual. Aí, estou fazendo-lhe essa sugestão, porque na realidade são 62 parlamentares que podem cobrar do presidente - é o termo que uso -, e nós vamos cobrar do governador! Agora, o Orçamento que já foi concluído em 31 de dezembro, infelizmente, não posso cobrar.

O Sr. Adolfo Viana:- Agradeço a sua atenção. Em 2014, inclusive, a Oposição já entrou na Justiça contra o não cumprimento dessa lei que foi realizada aqui em 2013. Agora, em 2015, como sabemos que V.Ex^a tem um bom trânsito com o governo, que abra os olhos dele para essa injustiça, essa falta de atenção com este Parlamento, que é a Casa das Leis.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Quero dizer a V.Ex^a que, para que eu possa conversar com o governador, gostaria que me provocasse formalmente. E, se os 62 parlamentares assinarem, conversarei com S.Ex^a. Mesmo se for apenas um deputado a me provocar, vou conversar com Rui Costa. O Executivo tem obrigação de cumprir as emendas impositivas com relação a este ano. Mas com relação ao ano

passado, infelizmente, o Orçamento já fechou, e não temos condição de cobrar.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, agradeço e parabenizo V.Ex^a. Está claro aqui, pelo menos para o deputado Adolfo Viana, que o Executivo já descumpriu em 2014. No período eleitoral, inclusive, foram pagas emendas impositivas para parlamentares do governo, e nenhum parlamentar da Oposição teve acesso a nenhuma emenda impositiva.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Falta apenas um deputado para a continuidade da sessão.

Antes, porém, tendo em vista que pela lei nós podíamos estar em recesso hoje, gostaria de sugerir aos Srs. Parlamentares que façamos a programação para entrarmos em recesso. Vamos votar hoje o projeto que está sobrestando a pauta, o qual é de meio ambiente, o regime de urgência para um projeto que foi assinado pelo governador e o presidente do Tribunal de Justiça e, depois, o primeiro turno da LDO.

Vou colocar em votação. Deputados Sandro Régis e Zé Neto, a Presidência vai colocar em votação hoje o projeto que está sobrestando a pauta. E, se chegar o pedido do governador até o início da votação, retiraremos.

O Sr. Luiz Augusto:- Foi retirado da pauta.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não foi retirado. Não chegou até agora a retirada. Eu não posso retirar. Não chegou o pedido do governador, e só com ele eu posso retirar.

Já tem 21 Srs. Deputados.

Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, vou repetir para os Srs. Deputados: vamos votar o projeto que está sobrestando a pauta, o PL de regularização ambiental. Depois deste, nós vamos votar um requerimento de urgência.

(Alguns deputados falam fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não pode retirar, só o governador. O projeto está sobrestando a pauta, e só S.Ex^a. pode retirar. V.Ex^a pode até pedir vista, tudo bem. Mas só pode retirar com a posição do governador. Mesmo por acordo dos Líderes, eu não posso. A Constituição, o Regimento dizem que só o governador pode retirar, e com o o.k. do Líder do governo.

Segundo, vamos votar a urgência desse projeto que veio dos Poderes Judiciário e Executivo e votaremos a LDO em primeiro turno. Se chegarem a um acordo hoje, votaremos a LDO também em segundo turno hoje. Se não chegarem, eu vou dizer que dia vamos votar a LDO em segundo turno.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Próximo orador. Com a palavra o Líder da Minoria ou do PMDB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

É o PMDB? Não. Acho que o PMDB já falou.

O Sr. Sandro Régis: -Não, o PMDB não.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O PMDB já falou. Agora é o PTN/PROS.

O Sr. Sandro Régis:- Não, não não...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Quem foi o último orador? V. Ex^a. falou pelo PMDB.

O Sr. Paulo Rangel: - O PMDB já falou, presidente. Está no segundo, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Então peço desculpas. Agora é do PDT/PC do B/PR

O Sr. Paulo Rangel:- Vai falar, pelo tempo de 11 minutos, o deputado Zé Raimundo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes de passar a palavra ao deputado Zé Raimundo, até o início da votação, se não chegar um pedido do governador pedindo para retirar e um OK do Líder do governo, porque o regimento diz isso...

O Sr. Zé Neto:- Derruba a sessão...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, eu não posso derrubar. Está sobrestando a pauta. Vejam bem, ouçam, se alguém pedir vista, eu posso até passar para a LDO, depois volta para ele.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres colegas deputados, deputadas, presentes nas Galerias, os que nos assistem nos gabinetes, companheiros de trabalho, TV Assembleia, eu gostaria de fazer inicialmente alguns registros sobre os festejos juninos. Tivemos a oportunidade, desde o dia 18, de percorrer vários municípios do Sudoeste da Bahia e constatamos que realmente o governador Jaques Wagner, quando da discussão do Plano de Turismo estadual, coordenado pelo ex-secretário Domingos Leonelli, acertou em cheio ao debater toda uma programação essa linha do turismo no Estado da Bahia. Com isso se pode contemplar desde os eventos do Litoral até o interior.

Nesse contexto foi colocado o São João como um grande evento da identidade do Nordeste, da identidade da Bahia, e, a partir de então, o governador Wagner e, agora, o nosso governador Rui Costa, o nosso projeto em seu conjunto, continua apoiando e estimulando os festejos juninos em todo o Estado da Bahia. Eu pude constatar o apoio, ainda que não o que esperávamos e sonhávamos para as prefeituras, mas realmente a Bahiatursa colocou vários incentivos para o São João e o São Pedro.

Observamos que, apesar do debate sobre a presença de alguns gêneros musicais de outros Estados, realmente o que predominou foi o nosso forró, as nossas bandas de forró pé de serra e também a culinária, a gastronomia e toda essa alegoria e esse encanto do Nordeste brasileiro do interior da Bahia.

Apesar das dificuldades, o povo tem um momento glorioso, a começar por Vitória da Conquista, que vem fazendo nos últimos dois anos um grande São João. A prefeitura construiu um espaço cultural e lá alia a economia do pequeno produtor, do

ponto de vista da gastronomia, e toda uma grade de músicos e bandas locais, com algumas atrações nacionais. Isso constatamos em vários municípios. Eu citaria aqui Anagé, parabenizando a prefeita Andréa; Maitinga, o prefeito Ed Carlos; Guajeru, o prefeito Gil Rocha; Cordeiros, o companheiro Vavá; em Poções os festejos foram mais nos distritos, mas também de forma muito alegre comemorado; em Mortugaba... Ou seja, praticamente todas as cidades do contexto do Planalto de Conquista festejaram um grande São João, com o apoio do Estado.

Apesar dos agourentos que ficam apregoando crises, vimos ainda um comércio local muito forte, feiras nos distritos com muita presença de uma economia local, a presença também de comitivas, porque o São João e o São Pedro são festas de retorno, várias famílias que retornam de São Paulo, do Triângulo Mineiro, enriquecendo, inclusive, gerando uma economia intensa nas pequenas e médias cidades do interior da Bahia, mostrando, portanto, que o Nordeste, o interior da Bahia, são espaços com muito dinamismo econômico e cultural.

Por isso, gostaria de parabenizar o governador Rui Costa que, apesar da extrema dificuldade, está experimentando para tocar alguns projetos novos. Mas o governador Rui Costa, em sua diretriz central de concluir as obras e os projetos iniciados pelo governo anterior, vem tocando essas obras e, também, selecionando investimentos e apoios importantes para que a economia da Bahia continue se desenvolvendo.

Portanto, está de parabéns o governador Rui Costa.

E, ainda nesse ambiente de festejos, gostaria, também, de saudar e de parabenizar os amigos de Cândido Sales, pois, no domingo, completa 53 anos de emancipação política. O prefeito Hélio é do PSB. Mas, lá, também, temos o apoio do PT, nobre deputada Fabíola Mansur. Tivemos uma votação.

Quero deixar um abraço para o vereador Arnaldo, para meus amigos do PT, Luciano, companheiro Ailton, companheiro Gilvan, companheiro Gileno que trabalham, sobretudo, com a agricultura familiar, com o pequeno e o médio produtores. Por isso estão, também, festejando o aniversário de Cândido Sales e, naturalmente, no convívio com os amigos ainda no calor dos festejos juninos.

A mesma coisa acontece em Macaúbas onde o nosso deputado Paulo Rangel foi amplamente votado junto ao amigo Waldenor Pereira. E, em nome de Waldenor Pereira, ele me pediu para deixar um abraço para Macaúbas que completará, no próximo 6 de julho de 2015, 182 anos de emancipação política. Por certo, o nosso amigo Paulo Rangel estará lá comendo um bodinho assado com seus amigos naquela convivência petista, a fim de discutir temas importantes para a nossa comunidade.

E, finalmente, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma breve reflexão sobre o debate ocorrido ontem no Congresso Nacional. Eu tive a oportunidade de, a partir das 20 horas de ontem, acompanhar toda a discussão sobre o tema da mudança da maioria penal. Na verdade, tal proposta seria diminuir a idade penal ao modificar, em tese, o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Quero dizer aos nobres e amigos colegas deputados que foi um debate

interessante apesar de que, em alguns momentos, a emoção e a paixão dominaram alguns oradores. Foi um debate de bom nível sociopolítico. E, principalmente, o debate de ontem mostrou o que é um pouco a sociedade brasileira, o que é um pouco a representação política nacional, pois a Câmara dos Deputados expressou, eu diria, parte do pensamento brasileiro.

Há elementos positivos. Há elementos para uma reflexão no sentido de avançarmos na democracia e na reforma do Estado e das instituições políticas. Mas, também, assusta um certo segmento conservador, um certo segmento reacionário, um certo segmento que só vê a árvore e não vê a floresta. Esses pensam que reformar a sociedade é, apenas, tomar medidas e construir soluções imediatas.

Foi, praticamente, unânime a votação. O nosso Partido dos Trabalhadores e, sobretudo, vários partidos e vários deputados, inclusive, dos partidos contrários ao governo, expressaram uma outra compreensão, qual seja, a de que a questão da violência é endêmica na sociedade brasileira e, por outro lado, ela não tem, ao contrário do que dizem alguns, o foco na faixa etária entre 16 e 18 anos de idade.

Vejam, os dados estão aí. O IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – acaba de publicar toda uma consolidação do mapa da violência no Brasil ao mostrar onde precisamos avançar realmente. E isso só será possível através da implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Bem, quanto à implementação do ECA, nós a fizemos em Vitória da Conquista durante os últimos 20 anos. Vitória da Conquista, salvo engano, é o município que trabalhou nesse sentido. Bem, não conheço todos os municípios. Mas Vitória da Conquista é o município que tem a melhor estrutura de assistência social de proteção dos direitos da criança, do adolescente, do idoso, da juventude, dos quilombolas.

Digo isso porque nós apostamos na inclusão social. Nós apostamos em instituições que possam punir, corrigir, penalizar, mas, sobretudo, instituições que sejam a porta aberta para a recuperação social.

Este debate continuará ainda com uma proposta de emenda constitucional que, na verdade, tenta penalizar toda a faixa etária acima de 16 anos e não só para os crimes hediondos. E este debate vai continuar. No entanto, efetivamente, este debate será algo, extremamente, rico.

Tive oportunidade de ler sobre o assunto. Inclusive, há defensores da diminuição da maioria penal através de integrantes do nosso campo e do campo da esquerda com uma outra leitura. E, ao mesmo tempo, existem personagens, considerados de direita, que estão votando contra a diminuição da maioria penal.

Por isso, senhores e senhoras, vamos acompanhar este debate. Efetivamente, precisamos construir um Estado forte, disciplinador, mas um Estado, também, que abrigue e reforme a sociedade e que promova a inclusão social.

Não há solução para a humanidade se não combatermos a concentração de renda, de poder e de privilégio. Não há alternativa para a liberdade. A classe dominante não será livre se ela não contemplar e não promover inclusão social,

porque o ato de violentar é, também, um ato de auto-violência. E a sociedade, que violenta o menor, também se auto-violenta. Por isso, consideramos esta reflexão e a mesma precisa continuar com alto nível para que possamos ter um novo momento a partir deste cenário que se esboça, agora, com este debate.

Eram essas as nossas considerações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou o Líder do PMDB para falar ou indicar orador pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, falará, por todo o tempo, o deputado Carlos Geilson.

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Com a palavra o nobre deputado Carlos Geilson pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, a situação do Líder do Governo, deputado Zé Neto, é igual à de técnico de futebol quando a imprensa o entrevista. O jornalista pergunta: “E, aí, como está o técnico? O senhor mantém?” Responde-se: “Não. O técnico está prestigiado e tá fazendo um bom trabalho.” Aí, o repórter retruca: “Mas os resultados não estão surgindo.” Respondem-lhe: “É. Mas se depender dessa presidência, o técnico vai continuar.” E, quando menos se espera, o técnico é demitido e já há um novo técnico contratado.

E o deputado Bobô, ex-jogador de futebol, sabe muito bem desse assunto.

É a mesma coisa do deputado Zé Neto como Líder do Governo, pois ele está enfraquecido, uma vez que ele não tem, hoje, o controle da sua bancada. Hoje, quem controla a Bancada do Governo é o deputado Rosemberg e o presidente Marcelo Nilo.

Então, as dificuldades de se fazer acordo é porque o Líder está enfraquecido. Ele, hoje, não tem o comando da sua base, meu caro presidente. E Zé Neto, como Líder, ainda não caiu nas graças do governador Rui Costa. Há pouco, ele me disse que nunca esteve tão forte. Isso mostra a sua autodefesa. E o Líder do Governo está, cada vez mais, se esvaindo, ficando, cada vez mais, pálido no cargo, sem força e sem poder de controlar a sua base.

Dou uma sugestão ao deputado Zé Neto: peça para sair enquanto é tempo, antes de receber o convite e receber o seu substituto.

E os deputados governistas sabem que estou falando aqui a mais pura verdade, a mais pura realidade, nua e crua, qual seja, o Líder do Governo, deputado Zé Neto, já caiu há muito tempo, pois ele está, apenas, no papel de figurante nesta liderança.

Mas Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, ontem, a Câmara dos Deputados, por apenas 5 votos, deixou de aprovar a redução da maioria penal.

Eu sou favorável à proposta apresentada ontem com relação à redução maioridade penal para crimes hediondos e para crimes de grande repercussão na sociedade.

Ora, o que acontece hoje e o que acontecerá?

Acontecerão crimes bárbaros e crimes que chocam toda a população. Os jovens de 16 e 17 anos, quando presos, vão para uma ressocialização que, no máximo, dura 3 anos.

O que a gente entende?

Que a maioridade penal não deve ser reduzida de forma geral. Nós temos de ter as especificidades. E, em meu modo de entender, a proposta de ontem atenderia, plenamente, à sociedade. Como a gente vai entender que um jovem de 16 ou 17 anos, que comete um crime cruel ou um crime bárbaro, não seja punido? Porque, praticamente, o que o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente – diz isso. E o que se faz, hoje, é não punir quem cometeu crime.

Você não vai entender, meu caro deputado Joseildo Ramos, pois V.Ex^a é contra a medida, ou seja, que não se puna um jovem com 16 ou 17 anos que comete um crime ou uma atrocidade e que tenha, no máximo 3 anos de ressocialização! É muito pouco. Isso é você estar defendendo a impunidade.

Portanto, eu acho que se perdeu, ontem, uma chance de se punir jovens que cometem crimes hediondos. É uma pena. Entendo a posição do Partido dos Trabalhadores, uma vez que tem-se posicionado contra, embora sabendo que 90% da população brasileira apoiam a redução da maioridade penal. Vejam, até os argumentos são plausíveis de que a redução, pura e simplesmente, não vai acabar com a violência. Isso é um fato e é uma realidade.

Mas, nós, com o pensamento divergente, entendemos que tem de se fazer algo, tem de se fazer alguma coisa. Não é possível que jovens, autores de crimes hediondos, continuem com as benesses de uma lei que lhes faculta apenas, no máximo, 3 anos de reclusão.

Então, é necessário e é lamentável ao mesmo tempo.

No entanto, há o projeto a ser votado agora que trata da redução da maioridade penal de modo geral. Quanto a este tipo de redução da maioridade penal geral, eu não concordo.

Bem, quanto ao texto de ontem, ele estaria mais para contemplar as pessoas que pensam de uma forma divergente, ou seja, de que os crimes hediondos devem ser penalizados. Nesse caso, seria, no máximo, 8, 10 ou 12 anos de reclusão para os autores dos crimes referidos e não, apenas, os 3 anos atuais.

Também, sou contra a redução da maioridade penal por igual para todos os crimes e para todas as ilicitudes cometidas.

Sr. Presidente, aqui, concluo as minhas palavras dizendo que lamento, profundamente, o fato de que o Líder do Governo já caiu do cargo e, até hoje, não sabe. Falta alguém ligar para ele, porque ele já recebeu todos os sinais. Parece que ele

é surdo e cego, e não enxerga que o governo não lhe quer mais como Líder da Bancada.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Com a palavra o nobre Líder da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PTN/PROS/PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Não havendo orador, com a palavra o nobre Líder do Governo ou o Líder da Maioria ou o Líder do PSD para falar ou indicar orador pelo tempo de, até, 12 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Não havendo orador, com a palavra o nobre Líder do Bloco Parlamentar DEM/PV para falar ou indicar orador pelo tempo de, até, 11 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Não havendo orador, com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou o Líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Falarão os deputados Joseildo Ramos e Fabíola Mansur pelo tempo de 6 minutos cada um. (Pausa.)

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Vamos retirar. Liberado, então, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Não há orador, portanto, para ser indicado.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, vamos para a Ordem do Dia.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Questão de ordem do nobre deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, eu gostaria de que V.Ex^a me informasse a pauta da Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Ordem do Dia.

Deputado Sandro Régis, eis a pauta da Ordem do Dia: projeto de lei nº 21.205/2015, de procedência do Poder Executivo. Está sobrestando a pauta, e institui o Programa de Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais do Estado da Bahia,

altera dispositivos da Lei nº 10.431 de 20 de dezembro de 2006, e da Lei nº 11.612 de 8 de outubro de 2009, bem como revoga a Lei nº 11.478 de 1º de julho de 2009.

O projeto não foi retirado. Está na Ordem do Dia.

O Sr. Paulo Rangel:- Não vai retirar.

(Tumulto no plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Para relatar, no âmbito das comissões. Falta o parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Agricultura e Política Rural, Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico, Turismo, Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Para relatar o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, eu gostaria de ponderar com a Oposição esse projeto. Primeiro, haviam alguns deputados inscritos nos horários de Lideranças Partidárias. (Os deputados falam ao mesmo tempo.)

Sr. Presidente, fiz uma questão de ordem. Eu entendo que os deputados Paulo Rangel e Adolfo Viana fizeram uma combinação, e respeito. Fizeram a combinação de suspender as 4 intervenções partidárias. Porém, quero fazer uma ponderação ao Líder do Governo e Líder da Oposição.

Esse projeto é um projeto em que fui escolhido para ser relator, na época, pelo Presidente Marcelo Nilo. Apresentei, inclusive, duas emendas de relator para esse projeto. Há uma divergência com relação a esse projeto, tanto da Oposição quanto do Governo. Acho prudente que o governador, segundo o Líder do Governo, está encaminhando para cá a retirada do projeto e isso facilitaria. Eu queria pedir a V.Ex^a para que a gente reabra os tempos ou suspenda a sessão por 20 minutos, por acordo, para que possa retirar o projeto. Porque o projeto na forma em que está não interessa. Concorda em retirar?

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga):- Concorda, deputado Sandro Régis?

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, o deputado Marcelo Nilo, que é um deputado experiente na Casa, com todo respeito ao deputado Reinaldo Braga que preside a sessão, na indicação dos tempos tanto o deputado Paulo Rangel como o deputado Adolfo Viana disseram que não havia orador para falar. O deputado Rosemberg Pinto me traz uma tese de que a deputada Fabíola Mansur estava inscrita. Não importa. O deputado Reinaldo Braga já indicou o relator da matéria, então a matéria tem que ser relatada.

O Sr. PRESIDENTE (Reinaldo Braga): - O que houve foi o seguinte, eu solicitei ao deputado Paulo Rangel, ao Líder do PT, para indicar o orador. Ele indicou os deputados Joseildo e Fabíola. Depois ele pediu para retirar, que não tinha mais orador. Então, entrei na Ordem do Dia e já indiquei o orador que é o deputado Rosemberg Pinto. Se quiserem suspender por acordo a sessão, faremos isso.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Agradeço muito ao deputado Reinaldo Braga.

O Sr. Sandro Régis:- V.Ex^a já tinha dito que esse projeto estava sobrestando a pauta, concorda comigo?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concordo.

O Sr. Sandro Régis:- A sessão encerrou e eu pedi ao deputado Reinaldo Braga que dissesse, como presidente da sessão, a Ordem do Dia. O deputado Reinaldo Braga citou todos os projetos da Ordem do Dia, dizendo que esse projeto estava sobrestando a pauta. Aí teve a questão de ordem do disse me disse. Agora digo que se o presidente já designou o relator, o projeto tem que ser relatado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não pode mais ser retirado, não. Eu vou ver as notas taquigráficas. Se o deputado Reinaldo Braga já indicou o relator, não posso mais tirar. Se chegou a indicar... Deputado Sandro, vou suspender a sessão por 03 minutos e vou ver a gravação. Se ele indicou o relator, está indicado.

Está suspensa a sessão por até 10 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Quero confiar na palavra o deputado Reinaldo, ele está dizendo que indicou.

Vejam bem, acho que o deputado Reinaldo merece fé de ofício, claro, ele era o presidente e é decano na Casa. Agora acho que não custava nada ouvir a gravação.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ouçam. Espere aí, gente! Quem me pediu para ouvir a gravação foi o próprio deputado Reinaldo.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sim, querido, mas ele dizendo o que vale é a gravação. Ele mesmo... Vamos usar o bom senso.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Reinaldo... Esperem aí. Está valendo, tanto é que ele me pediu para ouvir a gravação.

Deputados, vejam, estou usando o bom senso. O deputado Reinaldo merece fé. Ele que me pediu: "Marcelo, ouça a gravação." Eu vou ouvir a gravação, o que custa?

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu perguntei. (Pausa.)

Invocando a proteção de Deus...

Tenho que confiar na palavra do deputado Reinaldo Braga. Ele disse que disse, eu não posso... Não é por nada, ele era presidente...

O Sr. Rosemberg Pinto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não. Questão de ordem o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg:- Eu queria pedir, no período regimental de 15 minutos, a

verificação do quórum para continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

(Alguns deputados se manifestam fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ele tem direito de pedir uma questão de ordem, o que é isso? Pelo amor de Deus. Ele não está na tribuna não.

V.Ex^a será atendido. Questão de ordem.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Não presidente, eu só queria falar que chegou... Eu só queria ponderar...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a está pedindo uma questão de ordem, alguém vai contra-argumentar?

O Sr. Sandro Régis:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Sandro Régis.

(O Sr. Sandro Régis se manifesta fora do microfone.)

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente,...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

O Sr. Adolfo Viana:- ...eu queria que V.Ex^a...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Adolfo.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, o deputado Reinaldo Braga foi claro, ele indicou o relator, o deputado Rosemberg Pinto, para relatar a matéria. Pergunto a essa Mesa Diretora, presidida por V.Ex^a, ele pode agora, depois de ter sido indicado para relatar a matéria, pedir uma verificação de quórum? Não pode.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ele pode, ele não está na tribuna.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a tem certeza disso?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Claro que pode.

O Sr. Adolfo Viana:- Porque estou afirmando a V.Ex^a que, na minha opinião, não pode. Ele foi indicado para relatar a matéria e, depois de ter sido indicado, depois de ter criado um imbróglio de mais de 15 minutos, ele faz uma solicitação dessa? Depois de mais de 15 minutos de ter sido indicado, V.Ex^a suspende a votação, volta a sessão e aí ele pede verificação de quórum?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, qualquer deputado...

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente ...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a não pode discutir com o presidente, V.Ex^a falou e eu ouvi, deputado. Agora ouça, por favor.

O deputado só não pode pedir uma questão de ordem quando estiver na tribuna.

O Sr. Adolfo Viana:- Em momento nenhum estou discutindo com V.Ex^a. Agora, com muita humildade quero colocar para V.Ex^a que o deputado Reinaldo Braga indicou para relatar a matéria o deputado Rosemberg Pinto. Os deputados do governo criaram um movimento, retardaram a sessão, V.Ex^a suspendeu a sessão e, na volta da

sessão, o deputado Rosemberg Pinto pede uma verificação de quórum. Isso não tem o menor sentido.

O Sr. Reinaldo Braga:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, vou dar a questão de ordem a V.Ex^a, mas, primeiro, vou prorrogar a sessão. Em votação o prorrogamento da sessão por 2 horas. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Deputado Adolfo, primeiro suspendi a sessão, depois, quando voltou, o deputado não estando na tribuna, ele podia, inclusive, pedir uma questão de ordem até para dizer que não tem condição de relatar. Ele tem direito de falar o que quiser.

Não posso negar uma questão de ordem a um deputado.

Questão de ordem, deputado Reinaldo Braga.

O Sr. Reinaldo Braga:- Sr. Presidente, só para prestar um esclarecimento do que ocorreu.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- A palavra de V.Ex^a, para mim, é oficial.

O Sr. Reinaldo Braga:- Vínhamos presidindo a sessão, usando os tempos das lideranças. V.Ex^a me entregou a sessão quando o PMDB ia falar. Parece que depois disso vem o PDT, depois o DEM. Fui indicando os oradores relativos a cada liderança do Bloco Parlamentar. Quando chegou no último, que era o PT, o deputado Paulo Rangel indicou o deputado Joseildo Ramos por 6 minutos e a deputada Fabíola Mansur por 6 minutos.

Quando passei a palavra para o deputado Joseildo Ramos, houve um barulho e o deputado Paulo Rangel me pediu para suspender, porque o PT não ia mais falar. Anunciei a Ordem do Dia e o deputado Sandro Régis me perguntou qual a Ordem do Dia. Li a Ordem do Dia dizendo que esse projeto, li totalmente, estava sobrestando a pauta e que faltavam pareceres. Li todas as comissões que estavam faltando emitir parecer.

Perguntei a Carlos Machado quem era o relator desse projeto. Ele disse que era o nobre deputado Rosemberg Pinto. Dei a palavra ao deputado Rosemberg Pinto para relatar. Aí ele me pediu uma questão de ordem, que foi dada, no sentido de pedir um acordo para suspender a sessão. Foi na hora em que V.Ex^a chegou. Perguntei ao deputado Sandro Régis se ele concordava, ele não concordou. Ele não chegou a subir para relatar, foi indicado, mas não relatou.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, foi indicado o relator.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Conversei um pouco com o deputado Sandro Régis e queria fazer uma ponderação. Esse projeto, quero dizer claramente a emenda que eu coloquei, deputado Sandro Régis, na discussão com relação à emenda é a

transferência de licenciamento em determinadas áreas para os diversos municípios, coisa que a legislação permite. Porém, havia uma divergência do deputado Luiz Augusto e havia uma divergência aqui também dos deputados de Oposição.

Então, havia inicialmente uma combinação desde a sessão passada da retirada dele. Acontece que o governo, por uma questão de burocracia, não encaminhou a tempo o documento, mas havia essa combinação na sessão anterior, tanto que nós votamos aqui para poder retirar o projeto. E nós fizemos por acordo aqui para que mandasse para cá e o governo não mandou.

Quero ponderar porque é um projeto de interesse de todos nós, é de interesse ambiental, não é um interesse meramente do governo. Não gostaria aqui, até para atender os questionamentos dos diversos deputados, de fazer essas emendas a quatro mãos para que não fizessemos envolvendo inclusive deputado de governo e de Oposição. Se nós formos votar aqui, rejeitar o projeto, ele só vai poder voltar daqui a um ano. E esse projeto também interessa aos municípios, inclusive a cidade de Salvador no ponto de vista da legislação ambiental.

Agora, quero ponderar com o deputado Sandro Régis sobre essa questão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu não posso mais retirar o projeto porque já está em discussão, só por acordo. Deputado Sandro Régis, só para lembrar a V.Ex^a que foi feito um acordo há 15 dias para retirar o projeto. O governo, por qualquer motivo, não enviou em tempo hábil. Nós, inclusive, avisamos aqui há 1 hora, até para alertar as pessoas que tinha que chegar o projeto, e disse em alto e bom som: se o pedido de retirada chegar até o início da votação nós retiraremos. Infelizmente, para os deputados que defendem a retirada o projeto já está em andamento de votação, eu não posso, tanto é que o relator foi designado.

O Sr. Rosemberg Pinto:- O nosso Líder, o Líder do governo e o Líder da Minoria estão ponderando aqui e discutindo um pouco por conta dessa intervenção de V.Ex^a de que a semana passada, há 15 dias, houve essa combinação de retirada, tanto que foi suspenso aqui. Quero ponderar com V.Ex^a, o deputado Luiz Augusto está pedindo uma questão de ordem para que nos dê 10 minutos para que cheguemos a um acordo, se não chegarmos não tem nenhum problema, V.Ex^a indica o relator.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Independente de consultar governo ou Oposição, posso suspender a sessão para ver se V.Ex^a chega a um acordo.

Está suspensa por 10 minutos. Se chegarem a um acordo tudo bem, se não chegarem o projeto continua.

(Sessão Suspensa.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro reaberta a presente sessão.

Questão de ordem, primeiro, para o deputado Zé Neto, depois o deputado Luciano Ribeiro.

Deputado Zé Neto, V.Ex^a vai querer a questão de ordem ou vai falar no celular? Pois não.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, aconteceram algumas situações nesse processo. Primeiro, foi com relação à questão do anúncio da pauta. Tivemos uma dificuldade no início da sessão com relação a essa questão que era bom ser esclarecida também. Depois, veio o problema com relação ao início do processo de votação e também a indicação do relator.

A dúvida que está posta, é se teria ou não chegado a tempo a retirada do projeto como agora fizemos. E o Art. 120 é muito tranquilo: (Lê): “Até o anúncio da votação, poderá ser requerida a retirada de proposição: I - pelo Governador do Estado para os projetos de sua autoria.”

Eu queria apenas dizer à Oposição que, inclusive, deputado Sandro, esse projeto tem algumas situações que foram colocadas pela Oposição, que nós achamos pertinentes, por isso que nós fizemos aquele acordo de suspensão do projeto para fazer esse diálogo. Não é um projeto polêmico. Virou polêmica porque a disputa governo-oposição, é algo que já está intrínseco no contexto da Assembleia e é saudável, diante do momento democrático em que vivemos.

Agora, eu queria apenas salientar...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a quer o quê?

O Sr. Zé Neto:- Peço a V.Ex^a que retire o projeto que já está em suas mãos...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Qual o artigo?

O Sr. Zé Neto:- Artigo 120, § I que estabelece essa retirada.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Por favor, resuma.

O Sr. Zé Neto:- E me comprometer com a Oposição de que tenhamos aquela conversa na reapresentação do projeto já com essa dinâmica de conversar um pouco com a Oposição sobre o tema.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

Com a palavra, o meu querido amigo, Luciano Ribeiro, para uma questão de ordem.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, inicialmente, quero dizer aqui do estranhamento do governo enviar a esta Casa uma proposição e com tanta agonia querer (Inaudível) ...um estranhamento da nossa parte. Depois, estamos tratando aqui de várias questões e vários interesses.

Todos sabemos, tanto a Oposição quanto a Situação, quais são os interesses que estão por trás da retirada, ou não, desse projeto, do processo de votação.

Pois bem, os Líderes governistas a fim de usarem o Regimento e buscarem aquilo que não conseguiram fazer antes, que é serem hábeis, ágeis e eficientes na retirada do projeto em tempo hábil, tentam agora, de forma travessa, buscar a retirada através de uma questão de ordem, baseada num artigo, que a mim me parece que a interpretação não é essa. A interpretação está mais coerente com o que V.Ex^a desde o início colocou. Qual é? O processo de votação, na minha humilde concepção, e que está baseada naquilo que eu leio no Regimento, é o processo de votação, o gênero, da qual o depósito do voto é apenas uma espécie. Então, quando se fala do anúncio do

processo de votação no artigo 120, ele está dizendo do processo de votação, da colocação do projeto em processo de votação que se inicia com a indicação do relator. O depósito do voto é uma espécie, ele não é o processo de votação.

Por isso quero aqui dizer a V.Ex^a que V.Ex^a tem colocado muito bem nesta Casa o perigo de se abrir precedentes. E, se for aberto esse precedente, estaremos sujeitos, lá na frente, pagarmos um preço caro por essa questão.

Por isso a minha questão de ordem é no sentido de que não seja acolhido, nesse sentido, o artigo 120 para retirada desse projeto, porque esse é o nosso entendimento.

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, eu não vou mais conceder questão de ordem. Vou decidir.

O Sr. Zé Neto:- É muito rápido, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a já falou, deputado.

O Sr. Zé Neto:- É o artigo 160. É muito rápido. É pertinente. V. Ex^a sabe que eu...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não vou dar não, deputado. Perdoe-me. Eu já dei uma vez, não vou dar mais não. Vou decidir. Deputado, permita-me, já tenho dados para decidir.

V.Ex^a é testemunha de que indeferi a questão de ordem dos deputados que fazem a base do governo quando queria ouvir a gravação. Prefiri ouvir, acreditar e aceitar com muita convicção a palavra do deputado Reinaldo Braga. Ele disse que, se começasse a votação, o relator não poderia mais renunciar. Nós não iniciamos a votação, iniciamos a indicação do relator. O relator não começou a votação. Votação é quando o relator fala “Em votação”. Aí, foi iniciada a votação.

Portanto, defiro a questão de ordem do deputado Zé Neto. Peço vênias a V.Ex^a, porque é muito claro: começou o relator “Em votação”, aí, sim, está iniciando a votação.

Defiro o pedido do governador Rui Costa, que retira o Projeto de Lei Nº 21.061/2014, que institui o Programa de Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais do Estado da Bahia, altera dispositivos...

Portanto, defiro a retirada deste projeto solicitada pelo governador Rui Costa.

Agora há um requerimento assinado pelo deputado Zé Neto que *“requer, nos termos do Art. 174, inciso II, do Regimento Interno, urgência para tramitação do Projeto de Lei Complementar Nº 122/2015, de autoria do Poder Executivo e do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a utilização de parcela de depósitos judiciais e extrajudiciais para pagamento de precatórios e de requisições judiciais de pequeno valor e para capitalização do Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia - FUNPREV.”*

Em votação o requerimento, que leva o número 8.449/2015.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Quero registrar que a Oposição votará contra este requerimento de urgência.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, eu estou botando em votação.

O Sr. Sandro Régis:- Ah, pronto!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a recomenda o voto não.

O Sr. Sandro Régis:- O não.

O Sr. Zé Neto:- Recomendo sim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Zé Neto recomenda sim.

Em votação. (Pausa) Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado, com os votos contrários dos deputados Luciano Ribeiro, Luciano Simões, Adolfo Viana, Pedro Tavares, Sandro Régis, Herzem Gusmão, David Rios, Fábio Souto, Carlos Geilson e Hildécio Meireles.

Aprovado o requerimento por maioria de votos.

Próximo projeto. Em primeiro turno a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que leva o número 21.267/2015, é de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2016 e dá outras providências.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo para relatar a matéria o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- (Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle ao Projeto de Lei 21.267/2015, de autoria do Poder Executivo, o qual dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2016 e dá outras providências.*

Apresenta para apreciação da Assembleia Legislativa, o Exmo. Sr. Governador do Estado, o Projeto de Lei que ora venho relatar, perante as Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, estabelecendo as regras norteadoras na elaboração do Orçamento para o exercício de 2016, a LDO 2016, a qual, juntamente com o Plano Plurianual e a LOA, a Lei Orçamentária Anual, compõe o modelo de Orçamento instituído pela Constituição Federal do Brasil, reproduzido, por sua vez, na Carta Estadual.

A proposição foi enviada para a Assembleia Legislativa observando o prazo estabelecido na Constituição Estadual, em conformidade ao seu Art. 160, § 6º, inciso II, e em consonância com as disposições constitucionais e a Lei Complementar nº 101/2000, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal, que disciplinam a matéria, estabelecem as diretrizes, orientações e critérios para elaboração e execução dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social, e de Investimentos das empresas sob controle do Estado, para o exercício de 2016”, versando, ainda, “sobre a Política de Recursos Humanos e as despesas com pessoal e encargos sociais do Estado, as alterações da legislação tributária e a Política de Aplicação de Recursos da agência financeira oficial de fomento, fortalecendo a transparência dos processos

de alocação e aplicação dos recursos públicos no referido exercício financeiro", conforme registra o Chefe do Executivo em sua Mensagem.

O projeto dispõe também sobre os limites globais para as despesas dos Poderes do Estado, do Ministério Público e da Defensoria Pública, as prioridades e regras para a alocação dos recursos, limitação de empenho e movimentação financeira, e contempla as disposições sobre as transferências voluntárias aos municípios e a destinação de recursos públicos a entidades privadas.

Integram ainda a proposição "o Anexo de Metas Fiscais - que abrange receitas, despesas, resultados primário e nominal, nível de endividamento e evolução do patrimônio líquido, além de outros parâmetros fiscais bem como o Anexo de Riscos Fiscais, que presta informações sobre eventos capazes de afetar as contas públicas do Estado", citando mais uma vez a Mensagem Governamental.

Em 2014, a economia brasileira teve um discreto crescimento, da ordem de 0,1%, e, para 2015, espera-se "um crescimento abaixo do potencial, uma vez que este vem se configurando como um ano de fortalecimento dos fundamentos macroeconômicos, com ajustes importantes na economia, principalmente no que se refere as tentativas de retomar e consolidar a estabilidade econômica com disciplina fiscal e no combate a inflação, com atenção voltada para as mudanças do ambiente internacional e suas implicações no país", segundo a Mensagem do Sr. Governador, a qual ressalta ainda que "para 2016, desenha-se um ambiente mais positivo em relação As perspectivas para o ano de 2015, principalmente no que se refere a recuperação da produção industrial e de serviços, auxiliado pela melhora na demanda doméstica. No entanto, espera-se que o consumo cresça em ritmo mais moderado do que o observado em anos recentes, com um mercado de trabalho estreito, embora capaz de manter a taxa de desemprego compatível com o crescimento da renda. Há uma expectativa de que o retorno e a manutenção dos investimentos possam garantir o crescimento. Diante deste cenário, projeta-se um incremento real de 1,3% para a taxa de crescimento do PIB, em 2016, e uma inflação, medida pela variação do IGP-DI, com média esperada de 5,5%."

De acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI, o crescimento da economia baiana em 2014 foi de 1,5%, resultado que foi determinado pelo desempenho dos setores de Agropecuária e de Serviços, o primeiro com uma expansão de 12,5%, devido ao aumento na produção física das principais culturas do Estado, a exemplo do milho, algodão, café e soja, enquanto o setor de serviços teve um crescimento de 1,8%, devido ao incremento de suas principais atividades no Estado, como as de alojamento e alimentação, de transportes, do comércio e da administração pública. Já o setor industrial contribuiu negativamente com 1,9%, em decorrência das retrações da indústria de transformação e da construção civil.

Para os próximos anos, a perspectiva de crescimento da economia baiana "está baseada na recuperação do nível de emprego, no crescimento de renda da população e no aumento dos investimentos em atividades importantes para o Estado,

a exemplo da mineração, energia eólica e infraestrutura, bem como os investimentos em ferrovias, portos e aeroportos e agroindústrias", cabendo destacar também "os empreendimentos privados, como a implantação do Polo Acrílico (BASF) e a retomada do ritmo do Polo 2 de Julho (Enseada do Paraguaçu e São Roque), que trarão significativos impactos sobre o setor produtivo e o comércio exterior nos próximos anos, intensificando o processo de desconcentração territorial da renda. Assim, estima-se um crescimento real do PIB baiano de 2,5% em 2016", citando mais uma vez a Mensagem Governamental, na qual o Chefe do Executivo afirma ainda que, "as metas para os indicadores fiscais do Estado foram estabelecidas de modo a evidenciar o compromisso do Governo com a sustentabilidade da dívida e com os princípios de responsabilidade fiscal no gasto dos recursos públicos, aspectos estes que poderão ser averiguados no Anexo de Metas Fiscais deste projeto de lei", devendo-se ainda levar em consideração a gestão estratégica dos programas do PPA 2016-2019, que se encontra em elaboração, bem como "a continuidade das ações implementadas e uma conjuntura de dificuldades relativas a receitas e despesas de custeio e uma necessidade de execução de operações de crédito."

Na estruturação da proposta da LDO-2016 foram estabelecidas as metas fiscais e prioridades da Administração Pública Estadual, a estruturação e organização dos orçamentos, as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado e suas alterações, as disposições referentes as transferências voluntárias, a política e a despesa de pessoal do Estado, as alterações na legislação tributária e medidas para incremento de receita e a política de aplicação de recursos da agenda financeira estadual de fomento.

Cabe menção especial as regras fixadas nos arts. 13 a 15 da proposta da LDO para elaboração dos orçamentos:

No Orçamento Fiscal estarão incluídos, dentre outros, os recursos destinados:

I - a aplicação mínima na manutenção e desenvolvimento do ensino, para cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal, destacando as dotações do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação - FUNDEB, nos termos da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que o instituiu;

II - ao Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza - FUNCEP, de acordo com o disposto na Lei Estadual nº 7.988, de 21 de dezembro de 2001;

III - a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB, conforme o estabelecido na Lei Estadual nº 7.888, de 27 de agosto de 2001;

IV - ao Fundo de Cultura da Bahia - FCBA, em conformidade com o disposto na Lei Estadual nº 9.431, de 11 de fevereiro de 2005.

O Orçamento da Seguridade Social abrangerá os recursos e dotações destinadas aos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado, inclusive seus fundos, para atender as ações de saúde, previdência e assistência social, e destacará a alocação dos recursos necessários:

I - a aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde, para cumprimento do disposto na Emenda Constitucional Federal nº 29, de 13 de setembro de 2000;

II - ao pagamento de aposentadorias, pensões e outros benefícios previdenciários aos segurados dos Poderes, do Ministério Público e da Defensoria Pública, seus órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, que serão consignadas ao Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia - FUNPREV e ao Fundo Previdenciário dos Servidores Públicos do Estado da Bahia - BAPREV, em conformidade com o disposto na Lei Estadual nº 7.249, de 7 de janeiro de 1998, e na Lei Estadual nº 10.955, de 21 de dezembro de 2007, respectivamente, com suas alterações posteriores;

III - A prestação de assistência médica aos servidores públicos, que serão consignados ao Fundo de Custeio do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais - FUNSERV, instituído no art. 13 da Lei Estadual nº 7.435, de 30 de dezembro de 1998, com suas alterações posteriores.

O Orçamento de Investimento abrangerá as empresas em que o Estado detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, e que recebam recursos do Tesouro Estadual, seja por participação acionária ou através de pagamento pelo fornecimento de bens e pela prestação de serviços. Neste orçamento estarão detalhados, por empresa, as fontes de financiamento, de modo a evidenciar a origem dos recursos, e a despesa, segundo a classificação funcional, a estrutura programática, as categorias econômicas e os grupos de natureza das despesas nos quais serão aplicados os recursos.

Espera-se, para 2016, segundo o Projeto LDO, uma Receita total da ordem de R\$ 42,6 bilhões em valor corrente (valor atualizado), estabelecendo, a proposição, em seu art. 30, que "os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública, compreendendo seus órgãos, fundos e entidades, para elaboração de suas respectivas propostas orçamentárias de 2016, tendo como parâmetro, para a fixação das despesas a serem financiadas com recursos ordinários do Tesouro Estadual, a despesa liquidada acumulada do período de junho/2014 a maio/2015, tendo como referência o conjunto das dotações de pessoal e encargos sociais e outras despesas relacionadas As atividades de manutenção e avies finalísticas, excluídas aquelas destinadas a sentenças judiciais, indenizações, restituições, inclusive trabalhistas, atualizado pela inflação média apurada do mesmo período, medida pelo IPCA/IBGE".

Já no que respeita a repartição dos limites globais de pessoal de que trata o art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), preservado o teto do Poder, caberá aos órgãos do Poder Legislativo os seguintes percentuais: Assembleia Legislativa - 1,78% da Receita Corrente Líquida; Tribunal de Contas do Estado - 0,90%; Tribunal de Contas dos Municípios - 0,63%.

Cabe aqui também destacar, a respeito das EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS de que trata o art. 160 da Constituição Estadual, o disposto no art. 40

do Projeto LDO, a seguir reproduzido na íntegra:

"Art. 45 - Os recursos destinados às emendas de que trata esta Seção permanecerão alocados na ação 8050 - Provisão para Emendas Parlamentares até que o parlamentar autor da emenda, por sua iniciativa, informe a Secretaria de Planejamento o detalhamento individualizando das ações orçamentárias, de forma a permitir sua inclusão na programação dos respectivos órgãos ou entidades, obedecendo aos limites definidos no caput do artigo anterior". (50% para a área de saúde, 25% para a educação e, no máximo, 25% para execução em qualquer área).

Estas são as considerações principais acerca do projeto da LDO, que recebeu, de parte dos Senhores Parlamentares, um total de 4 emendas, todas de autoria da Liderança da Minoria, as quais passo a analisar.

A emenda nº 1 propõe o acréscimo de um artigo ao projeto, determinando que as despesas com publicidade institucional dos atos, programas, obras e serviços e campanhas dos órgãos públicos estaduais ou das entidades da administração indireta, fica limitada a 0,50% da receita Corrente Líquida. Opino pela rejeição, considerando que as despesas de comunicação realizadas pelo Governo do Estado são: a) de natureza legal, objetivando a publicação de atos oficiais realizados em atendimento à prescrição de leis, decretos, portarias, instruções, estatutos, regimentos ou normas internas da Administração Pública; b) de natureza institucional, visando a divulgação de informações sobre atos, obras, programas, metas e resultados da Administração Pública; c) de natureza mercadológica, destinada a lançar, modificar, reposicionar ou promover produtos e serviços de entidades da Administração que atuem numa relação de concorrência no mercado; d) de Utilidade Pública, com o objetivo de informar, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, visando melhorar sua qualidade de vida.

Portanto, limitar estas despesas a um percentual máximo de 0,50% da Receita Corrente Líquida poderá afetar o cumprimento do princípio constitucional da publicidade na Administração Pública, sendo esta uma das premissas básicas do Estado Democrático de Direito.

A emenda nº 2 pretende o acréscimo de um artigo ao projeto, estabelecendo que os recursos aplicados nas despesas do grupo de investimentos nas áreas de Segurança, Saúde e Educação não poderão ser inferiores a 1% por função da Receita Corrente Líquida. Opino também pela rejeição, uma vez que, para a elaboração dos instrumentos legais de planejamento do Estado da Bahia - PPA, LDO e LOA - é adotado o conceito de Investimento Programático, que amplia o escopo de interpretação da Lei Federal nº 4.320/64 e não reconhece apenas como Investimento as despesas de capital classificadas no Grupo de Natureza da Despesa "4.4 - Investimentos".

No conceito programático, os Investimentos correspondem também aos Projetos e Atividades Finalísticas vinculados aos Programas Finalísticos do Governo integrantes do PPA, dos quais resultam bens ou serviços ofertados

diretamente a sociedade. Portanto, este conceito pode referir-se tanto a despesas de capital - investimento direto, como a despesas correntes - investimento indireto, uma vez que a ênfase é dada aos fins pretendidos pela ação governamental e não aos meios para alcançá-la (grupos ou elementos de despesa).

A emenda nº 3 também acrescenta artigo ao projeto, autorizando o Poder Executivo a aplicar um percentual mínimo de 7% da Receita Corrente Líquida nas despesas com Manutenção e Desenvolvimento das Universidades Estaduais da Bahia. Opino pela rejeição da emenda, entendendo que a Receita Corrente Líquida consiste em um agregado de receitas não só ordinárias, mas também vinculadas. Assim, a destinação proposta por esta emenda acarreta uma dupla vinculação sobre as parcelas já afetadas pela vinculação constitucional ou legal, contrariando o inciso X do art. 161 da Constituição Estadual, o qual dispõe que é vedada a vinculação de receita de imposto a órgão, fundo ou despesa, ressalvado o disposto na Constituição Federal.

Acrescente-se, ainda, que o presente projeto prevê a observância do dispositivo constitucional que estabelece a alocação de recursos a educação, onde não são previstas subvinculações desses recursos, além do que a modificação apresentada engessa uma parcela dos recursos destinada a atender as despesas de educação que constituem obrigação constitucional.

A emenda nº 4 acrescenta um parágrafo ao art. 15, estabelecendo que as empresas em que o Estado detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, e que recebam recursos do Tesouro Estadual através de participação acionária ou em pagamento pelo fornecimento de bens e pela prestação de serviços, divulguem mensalmente pela internet as informações relativas a execução das despesas do orçamento de investimentos, discriminando os valores atualizados e os executados, por fonte de recursos e por ações. Opino mais uma vez pela rejeição. Ocorre que o teor desta emenda já se encontra inserido nos dispositivos constantes da Lei de Responsabilidade Fiscal, como também das Leis de Acesso à Informação - Lei Federal nº 12.527/2011 e da Lei Estadual nº 12.618/2012. Esta última, mais especificamente no seu artigo 30, trata do dever dos órgãos e entidades estaduais de promoverem a divulgação de informações de interesse coletivo ou geral em seus sítios na internet. Pelo exposto, a presente emenda não deve ser aceita.

Ante o exposto, e considerando que a proposição se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões 01/07/2015”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação no âmbito das comissões...

O Sr. Luciano Ribeiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Presidente, na forma do art. 81 do Regimento, peço vista do parecer, no prazo de 48 horas.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Defiro o pedido de V.Ex^a e lhe concedo o prazo de até 48 horas.

Srs. Deputados, apenas como informação, vamos ter a próxima votação na terça-feira. Analisei o cronograma e verifiquei que esse projeto, para o qual foi votada a urgência hoje, pode ser votado na próxima terça-feira.

Então, na próxima terça-feira votaremos os projetos que vieram do Poder Judiciário e do Poder Executivo, que votamos a urgência hoje, e o primeiro turno da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que concedemos vista ao nosso amigo Luciano Ribeiro. Como tenho um apreço muito grande a V.Ex^a, concederei até a próxima terça-feira.

Declaro encerrada a sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*